



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

SÍLVIA MARIA BRANDÃO

VARIAÇÃO EM FORMAS VERBAIS: um estudo sociolinguístico
da alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do
indicativo no português paulista



Araraquara/ SP
2015

SÍLVIA MARIA BRANDÃO

**VARIAÇÃO EM FORMAS VERBAIS: um estudo sociolinguístico
da alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do
indicativo no português paulista**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Letras, da
Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Rosane de Andrade
Berlinck

Bolsa: FAPESP (Proc. 2014/ 25930-3)

Araraquara/SP
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Luz maior que rege as inexplicáveis coisas mais belas deste mundo e que cuida de mim desde sempre – Deus. É nessa Luz onipresente que me ancoriei nos momentos de medo e insegurança ao longo da graduação, e é também nessa Luz plácida que prossigo feliz da vida, dia à dia, com foco, fé e remo.

Agradeço àquela, personificação do amor e da ternura em minha vida, que cuida de mim com uma força sem igual desde que vim ao mundo, a quem tudo devo – Creusa, minha mãezinha linda. Acalentam meu coração e vivem meus e seus sonhos comigo também, ao lado de mamis, meu vô Tonho, minha vó Cida e meu irmão Gui. Agradeço infinitamente por serem meus exemplos de simplicidade, amor, união e generosidade... meu alicerce.

Agradeço à professora Rosane, minha orientadora querida, por quem nutro um carinho e uma admiração desde as primeiras semanas da Graduação. Gratidão imensurável tenho por me acolher e por me guiar pela vida acadêmica com tanta competência e delicadeza, sempre presente e amiga, dividindo comigo seu vasto conhecimento, sua tamanha bondade, sua forma singular de enxergar a linguagem e o mundo. Ressignifico-me a cada nova conversa que temos sobre os fenômenos linguísticos, aprendendo formas de ver a língua e a vida ao redor, graças à sua mestria e ao ser do bem que é.

Agradecimento especial aos meus bons e velhos amigos de Minas, em especial ao Boi, Borda, Caio, Lucas, LP, Mat e May que se fazem presentes há dez anos em todas as esferas da minha vida. Agradeço também à Cá, à Lu, ao Bruno, ao Diego, ao Yuri, ao Branquinho, à Bianca e à Flavinha pelos quatro anos de companheirismo e amizade na Faculdade e fora dela.

Meu muito obrigada às meninas da Kifuá (Amanda, Karina, Meg, Novis, Pampers e Sabrina) que me ajudaram a descobrir o novo quando cheguei em Araraquara. Com elas vivi dois maravilhosos anos, compartilhando momentos que levarei para sempre comigo.

Agradeço também ao meu papis araraquarense – Marcos, que sempre me incentiva e acredita em mim. Desde que adentrei a Livraria Murad fomos construindo no convívio diário uma amizade singular, sem a qual não quero viver jamais. Ao lado dele, vive a Pá, a quem deixo meu muito obrigada por existir e iluminar a vida das pessoas com sua tamanha bondade.

Agradeço aos colegas do SoLAr, em especial, à Lê, à Sa, à Pri e à Carol, por me acolherem desde o início e por me ensinarem tanto ao longo desses quatro anos. Agradeço também ao Alê pelas discussões sobre as condicionais regadas a saborosos cafés e pela amizade incondicional que nasceu nesse contexto.

Gratidão colossal tenho pelos professores da Unesp por tantas transformações que em mim causaram com seus ensinamentos. Agradeço, principalmente, às professoras Gladis, Juliana Fonte, Marina e Rosário devido a maneira honesta, apaixonante e absolutamente competente pela qual muito me ensinaram da Linguística. Às professoras Renata Junqueira, Juliana Santini e aos professores Adalberto e Tom Pires, pela competência e amor que deixaram transparecer pela Literatura em suas aulas ao longo dos anos. Agradeço também à professora Juliana Bertucci Barbosa por aceitar gentilmente ler este trabalho e à Caroline Carnielli Biazolli por, além de gentilmente ler, fazer correções e sugestões que me foram preciosíssimas.

Agradeço a todos os funcionários da Unesp, especialmente à Selma e ao James, sempre muito atenciosos. E, à FAPESP, pelo apoio financeiro.

Last but not least, agradeço à Fer, *mozonis*, por todo amor vivido até aqui. Agradeço por ser tão paciente, amiga, autêntica... e, principalmente, por seguir comigo de mãos dadas o caminho das “Letras”.

A vida é uns deveres que nós trazemos para fazer em casa.
Quando se vê, já são 6 horas: há tempo...
Quando se vê, já é 6^a-feira...
Quando se vê, passaram 60 anos...
Agora, é tarde demais para ser reprovado...
E **se me dessem** – um dia – uma outra oportunidade,
eu nem **olhava** o relógio
seguia sempre, sempre em frente...

E **iria** jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas.

(MÁRIO QUINTANA, grifo nosso)

RESUMO

Com base nos princípios da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG 1968, LABOV 1972, 1994, 2001), este trabalho busca compreender as motivações da alternância entre as formas verbais de futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo em suas formas simples e perifrásticas em apódoses de sentenças condicionais encabeçadas pela conjunção *SE*. Os dados provêm de amostras de fala produzidas no interior paulista no início do Séc. XXI que se encontram no banco de dados do projeto ALIP - “Amostra Linguística do Interior Paulista” (GONÇALVES, s.d.). O objetivo principal deste trabalho é descrever e analisar a correlação entre o fenômeno da alternância e grupos de fatores linguísticos extralinguísticos que possam vir a explicar as motivações de uso ora de uma forma ora de outra. Acreditamos que o futuro do pretérito, forma comumente mais prestigiada, tem cedido espaço para o avanço de formas de pretérito imperfeito, mesmo em contextos mais formais de fala.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	10
1.1 Teoria da variação e mudança linguísticas	10
1.2 Discussões sobre norma	13
1.3 A estrutura condicional em questão	14
1.4 Breves considerações acerca das categorias de tempo, modo e aspecto.	16
1.4.1 <i>Tempo</i>	16
1.4.2 <i>Modo</i>	18
1.4.3 <i>Aspecto</i>	19
2 O OBJETO DE ESTUDO: ALTERNÂNCIA ENTRE FORMAS VERBAIS	21
2.1 A visão normativa sobre o Fenômeno.....	21
2.2 A visão da literatura linguística sobre o fenômeno	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA.....	28
3.1 Coleta e análise de dados	28
3.2 O <i>corpus</i>	28
3.3 Grupos de fatores	29
3.3.1 <i>Variável dependente</i>	29
3.3.2 <i>Variáveis linguísticas</i>	30
3.3.2.1 Formas verbais da apódose.....	30
3.3.2.2 Formas verbais da prótase	31
3.3.2.3 Identidade lexical	32
3.3.2.4 Ambiente sintático.....	32
3.3.2.5 Momento de referência.....	33
3.3.2.6 Saliência fônica	34
3.3.2.7 Graus de hipoteticidade.....	35
3.3.2.8 <i>Tipos textuais</i>	37
3.3.3 <i>Variáveis extralinguísticas ou sociais</i>	38
3.3.3.1 Idade.....	38
3.3.3.2 Escolaridade	38
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.1 Resultado geral.....	40
4.1.1 <i>Identidade Lexical</i>	41
4.2 Recalculando o resultado geral	42
4.3 Formas verbais da apódose	42
4.4 Formas verbais da prótase	44

4.5 Ambiente sintático.....	45
4.6 Momento de referência.....	48
4.7 Saliência fônica	49
4.8 Graus de hipoteticidade.....	50
4.9 Tipos textuais	51
4.10 Escolaridade	55
4.11 Idade	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

“Se ela me consultasse, bem; se ela me **dissesse**: "Prima Justina, você que acha?", a minha resposta **era**: "Prima Glória, eu penso que, se ele gosta de ser padre, pode ir; mas, se não gosta, o melhor é ficar". É o que eu **diria** e direi se ela me consultar algum dia.”
(Machado de Assis, Dom Casmurro)

Que motivações levariam Machado de Assis, por meio de sua personagem, a usar, em um mesmo trecho, o verbo ora no pretérito imperfeito do indicativo (*era*), ora no futuro do pretérito do indicativo (*diria*)? Essa coexistência de verbos de “tempos” distintos, utilizados aparentemente com o “mesmo” propósito (para conotar hipótese) e, muitas vezes, no mesmo contexto, já vem de longa data como podemos ver. Mas o que motiva um falante de Português Brasileiro (doravante PB) a optar por uma ou outra variante? E em que medida a tradição gramatical influencia os usos desta ou daquela?

A princípio, se nos atentarmos para o tratamento dado à alternância em questão no decorrer da história, perceberemos que já não é de hoje que, num contexto hipotético, o futuro do pretérito possui um *status* mais elevado perante a norma gramatical, diferente do uso do pretérito imperfeito no mesmo contexto.

Por conseguinte, parece-nos imprescindível que busquemos entender o motivo da atribuição do valor, do *status* atribuído por essa norma dita padrão aos usos variáveis desses tempos verbais e, principalmente, as motivações linguísticas e extralinguísticas que levam à coexistência ou à concorrência desses tempos: futuro do pretérito (doravante FP) e pretérito imperfeito (doravante PI), em suas formas simples e/ou perifrásticas.

Assim sendo, com base na Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972], 1994, 2001, 2010), associada ao conceito de norma (COSERIU, 1979; MATTOS e SILVA, 1995; FARACO, 2008; CAMACHO, 2013), este trabalho investiga as razões pelas quais ocorre, em apódose de orações condicionais, a alternância de tempos verbais ora no (i) futuro do pretérito – Se eu tivesse dinheiro, eu **compraria** aquele carro -, ora no (ii) pretérito imperfeito – Se eu tivesse dinheiro, eu **comprava** aquele carro -, ou seja, em suas formas simples ou, ainda, (iii) em suas formas perifrásticas – Se eu tivesse dinheiro, eu **teria/tinha comprado** aquele carro / Se eu tivesse dinheiro, eu **iria/ia** comprar aquele carro -, em contextos de produção de fala de amostras sociolinguisticamente controladas.

Entender o funcionamento dessa alternância, visto que nada na língua funciona aleatoriamente, é o objetivo principal deste trabalho. Buscamos elaborar reflexões e

encontrar explicações para um fenômeno presente há muito tempo na língua, porém pouco estudado. Consideramos que falta ainda fornecer uma descrição minuciosa dessa alternância em contextos de fala que representem uma comunidade a partir de suas macro-categorias sociais (idade, escolaridade etc.) e propomos contribuir para esse fim.

Estudos que serviram de base para a presente investigação, trazidos à tona ao longo deste trabalho, revelam que ainda há lacunas a serem preenchidas no âmbito do estudo desse fenômeno, pois diferentes pesquisas com diferentes pontos de vista, embora não sejam excludentes umas das outras e sirvam de alicerce para esse estudo, deixam margem à ambiguidade quanto às motivações da alternância, como veremos mais adiante.

Dentre os estudos empíricos já realizados sobre o fenômeno, observamos que entre os fatores extralinguísticos mais relevantes para essa alternância estão a escolaridade e a (in)formalidade da situação. Nossas hipóteses principais são de que o uso do pretérito imperfeito com conotação hipotética tem se acentuado tanto entre falantes com baixo nível de escolaridade, quanto em falantes com um alto grau de escolaridade, embora reconheçamos o papel normatizador que as escolas exercem.

Por fim, um estudo das variantes em determinado nível da língua possibilita perceber que a língua está em um processo evolutivo contínuo e gradual que poderá ou não resultar em mudanças e, embora acreditemos que haja uma possível mudança em curso em relação ao fenômeno estudado, sabemos que estudar o verbo – “a palavra por excelência” – é uma tarefa que exige olhares atentos e multifacetados.

As investigações deste trabalho estão vinculadas aos projetos “*Norma e uso do subjuntivo na história do português brasileiro*” (CNPq – Proc. 311294/2013-8), “*Prescription and Use in the History of the Brazilian Portuguese Subjunctive: a study in plays from the XVIIIth to XXth century*” (FAPESP – Proc. 2014/02414-0) e “*Questões de registro e estilo no mapeamento da variação e da mudança*”, coordenados pela Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck.

Direcionamos nosso estudo para amostras de fala presentes no banco de dados do projeto *Amostra Linguística do Interior Paulista – ALIP*¹. Uma descrição minuciosa da alternância é essencial, principalmente em contextos mais formais de fala², onde o fenômeno foi pouco estudado.

¹ Disponível em: <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/interna.php?Link=corpo.php&corpo=8>> (GONÇALVES, s.d)

² As entrevistas sociolinguísticas não são consideradas um contexto formal de fala quando comparadas às aulas ministradas, apresentação em congressos etc., por exemplo, mas são formais se comparadas a uma conversa no bar entre amigos, reunião de família etc.

1 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Com base na Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972], 1994, 2001, 2010), buscamos elaborar reflexões e contribuir com a descrição de um fenômeno que se encontra há tempos na língua, associando nossas investigações ao conceito de *norma* (COSERIU, 1979; MATTOS e SILVA, 1995; FARACO, 2008; CAMACHO, 2013).

No que se refere especificamente ao fenômeno em estudo, retomamos algumas discussões sobre as orações condicionais, desenvolvidas principalmente a partir de uma abordagem funcionalista (GRYNER, 1990; NEVES, 1999, 2000; HIRATA, 1999, 2001; OLIVEIRA, 2008), além de alguns estudos empíricos já realizados sobre o fenômeno da alternância verbal (TRAVAGLIA, 1987; TAPAZDI, SALVI, 1998; COSTA, 1997, 2003; FREITAG, 2007; OLIVEIRA, 2008; SOUSA, 2007; SILVA, 2010; TESCH, 2011; OLIVEIRA et al. 2013, BRANDÃO, 2014.), que servirão de alicerce para a análise dos nossos resultados. Recorreremos, ainda, a obras que direta ou indiretamente trazem uma descrição sobre as formas de futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo no português, no que se refere principalmente à sua formação morfossintática, sua expressão de tempo, modo e aspecto, e seus usos e valores (CÂMARA Jr., 1956; SAID ALI, 1969; TRAVAGLIA, 1985; ILARI, 2001; CORÔA, 2005; SILVA, 2002; ILARI; BASSO, 2008; CASTILHO, 2012).

1.1 Teoria da Variação e Mudança Linguísticas

A Sociolinguística, tal qual proposta pela Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972], 1994, 2001, 2010), nasce em meados do século XX como uma reação aos modelos anteriores que deixavam de lado o componente social da língua e que a concebiam como um bloco homogêneo, como o Gerativismo, por exemplo. Evidentemente, antes de a Sociolinguística se consolidar enquanto área da ciência, já havia uma preocupação em estabelecer uma relação entre língua, cultura e sociedade. Cezario e Votre (2008) destacam o papel fundamental que Antoine Meillet (1866-1936) desempenhou como precursor da Sociolinguística ao utilizar a estrutura social para explicar mudanças linguísticas ocorridas na França no início do século XX. Todavia, a historiografia linguística revela que uma teoria que se baseasse no conceito de língua enquanto um “fato social” só passaria a consolidar-se em 1960 com o advento dos trabalhos de William Labov (1927 -).

Considerado o pai da sociolinguística variacionista, Labov foi quem veementemente propôs que a língua deixasse de ser considerada como um objeto homogêneo para, ao contrário, ser encarada como uma realidade heterogênea em que estruturas linguísticas e sociais estão imbricadas e em variações sistemáticas, característica inerente de todas as línguas e sociedades. Logo, em todas as comunidades há formas linguísticas em variação que, por sua vez, recebem o nome de variantes. Para Labov (1972, p.271) “the variants are identical in reference or truth value, but opposed in their social and/or stylistic significance.”

Os primeiros estudos labovianos constituíram um marco da Sociolinguística enquanto ciência. Entre eles, destacamos *The Social History of a Sound Change on the Island of Martha’s Vineyard, Massachusetts*, sua dissertação de mestrado, datada de 1963 e que, em linhas gerais, tratava da variação e mudança em progresso dos ditongos [ay] e [aw] no inglês falado na ilha de Marthas’s Vineyard (Massachusetts/Estados Unidos), e *The Social Stratification of English in New York City*, sua tese de doutorado, datada de 1966, em que também investigava fenômenos de ordem fonética³ no inglês falado de Nova Iorque – ambos os trabalhos sob a orientação de Uriel Weinreich (1925-1967).

A partir de então, o estudo da língua e da sociedade como algo indissociável implicou em não mais considerar apenas os fatores de ordem linguística, mas também os de ordem social (entre eles, origem e região onde o falante se insere, idade, escolaridade, sexo, profissão, renda, estilo de fala, registros etc.).

Por conseguinte, do ponto de vista linguístico, ou seja, do ponto de vista da estrutura interna da língua, toda produção possui equivalente complexidade, não há uma variedade superior ou inferior que outra. Entretanto, do ponto de vista social, uma variedade poderia acabar recebendo mais prestígio do que outra.

Além disso, a Sociolinguística interpreta que, assim como as sociedades não só variam entre si como também se modificam com o passar dos anos ou mesmo com pressões advindas do contexto histórico, espacial, político-econômico no qual se inserem, conseqüentemente, além de variar, a língua também pode (e deve) mudar. Contudo, as mudanças ocorrem sempre de forma lenta e gradual, nunca de forma abrupta. Logo, a mudança linguística pressupõe um momento anterior de variação em que duas ou mais formas concorriam; diz-se que uma variação nem sempre acarreta mudança, mas “toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação” (TARALLO, 2007, p. 62).

³ Entre os fenômenos estudados por Labov (1966) em sua tese de doutoramento, destacamos a estratificação do [r], a altura do núcleo da vogal no [a] breve tenso ou [aeh] (*jazz, raspberry, cap, bat, has*), a vogal posterior correspondente [oh] (*off, lost, more*), o [th] (*thing*) e [dh] (*then*).

A partir da década de 1970, com os avanços das pesquisas, as teorias e práticas variacionistas passaram a ser aplicadas a fenômenos linguísticos de níveis que iam além do fonológico e, assim, a noção de que a variação pressupunha duas formas distintas empregadas em um mesmo contexto para significar uma mesma coisa, ou seja, mantendo o mesmo significado básico, precisou ser repensada.

Lavandera (1978), por exemplo, passou a questionar o estatuto das variantes (proposto por Labov) quando estas se estendem para níveis sintáticos. Segundo Camacho (2012), o aspecto crucial da polêmica entre Labov e Lavandera resume-se à noção de que a equivalência semântica tal qual proposta pela sociolinguística laboviana implica uma redução muito drástica na noção de significado referencial e, por isso, em vez de operar com o princípio de equivalência semântica é preferível substituí-lo pelo princípio da comparabilidade funcional⁴ (Lavandera, 1978). De acordo com Bortoni-Ricardo (2014), foi e é, de fato, mais facilmente aceito que duas variantes do nível fonológico mantenham uma equivalência semântica. Entretanto, é muito difícil aceitar que dois enunciados distintos sejam formas alternativas de se dizer a mesma coisa: “para além da função referencial, cada enunciado carrega um conjunto de características que vão distingui-lo e outro, que poderia ser considerado, à primeira vista, um enunciado sinônimo” (BORTONI-RICARDO, 2014, p.75).

Por conseguinte, assumimos aqui a noção de variação revisitada a partir da discussão sobre a aplicação do modelo teórico-metodológico para fenômenos gramaticais (morfológicos, sintáticos, semânticos, discursivos), que propõe, segundo Lavandera (1984, p.45), “debilitar la condición de que el significado deba ser el mismo para todas las formas alternantes, y reemplazarla por una condición de comparabilidade funcional”.

Por fim, estudos sociolinguísticos interpretam a língua como produto e expressão da cultura de que faz parte, como elemento capaz de construir identidades de determinados lugares, de determinadas épocas, culturas e gerações. Isso confere à língua um caráter heterogêneo, já que nenhuma cultura, geração, ou mesmo os seres que compõem uma comunidade são iguais entre si, o que quer dizer que a heterogeneidade em seus diferentes níveis (social, geográfico, estilístico etc.) corresponde à diversidade linguística inerente a todas as línguas. E, ao contrário do que se possa pensar, a variação linguística tal qual proposta por Labov ou por Lavandera não é caótica e tampouco se dá de forma aleatória;

⁴ Comparabilidade funcional diz respeito à mesma função comunicativa que duas formas alternativas podem ter em determinado contexto, não necessariamente com o mesmo significado referencial.

ela é motivada por fatores linguísticos e extralinguísticos e, portanto, é capaz de ser sistematizada.

É por essas razões que um estudo da língua e, mais especificamente, um estudo dos fenômenos em variação em determinado nível da língua, nos possibilita entender de modo mais completo o seu funcionamento. E a Sociolinguística, por lidar intimamente com a relação língua-sociedade, sendo essencialmente interdisciplinar ao dialogar com tantas outras áreas do saber (a Antropologia, a Sociologia, a Geografia linguística, a Psicologia, a Educação etc.), permite-nos estudar as variações linguísticas com um rigor científico que se afasta totalmente das concepções tradicionalmente maniqueístas que postulam que há uma forma boa e tantas outras ruins de se dizer algo, visão que resulta em preconceito linguístico e pouco tem de empírico.

1.2 Discussões sobre norma

Pensar em variação e mudança pressupõe compreender como os fenômenos variáveis se distribuem e se difundem nas várias formas de manifestação linguística. Nesse sentido, torna-se fundamental levar em conta o conceito de *norma(s)*, nas várias nuances que tem assumido – objetiva(s) vs prescritiva, culta/comum/*standard* vs padrão, variedade(s) de prestígio vs variedade(s) estigmatizadas (COSERIU, 1979; MATTOS e SILVA 1995; FARACO, 2008; CAMACHO, 2013).

A própria palavra (*norma*) carrega consigo “diferentes” significados responsáveis por seu percurso e suas interpretações. De um lado, por exemplo, temos a norma utilizada e interpretada para designar o que é regulamentar na língua, normativo; vê-se aqui um almejo utópico de uma norma, com um conjunto de regras que delimitam o que é certo e o que é errado com a finalidade de uniformizar a rica heterogeneidade da língua. Por outro lado, podemos pensar em uma norma que vise designar o que é normal, comum em determinada comunidade de fala, sem deixar de lado outras variedades e suas equivalentes complexidades.

Há inúmeras discussões nas diversas subáreas da linguagem em torno dos significados e da relevância da existência de uma norma linguística, mas o que se mostra importante neste momento para a nossa discussão é o fato de que a implementação de uma norma, mais do que carregar na bagagem os elementos propriamente linguísticos, carrega consigo práticas socioculturais responsáveis até mesmo pelo valor atribuído a elas:

(...) em qualquer comunidade de fala, podemos observar a coexistência de um conjunto de variedades linguísticas. Essa coexistência, entretanto, não se dá no vácuo, mas no contexto das relações sociais estabelecidas pela estrutura sociopolítica de cada comunidade. Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades linguísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais. Isto é, em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras inferiores. (ALKMIN, 2001, p.39)

O prestígio atribuído a essa ou àquela variedade não decorre de suas propriedades gramaticais, mas sim de processos sócio-históricos que agregam valores a elas. Neste contexto, podemos pensar no conceito de “erro” de português perpetuado na sociedade, como um fator social, com raízes profundas.

Na maior parte das vezes, se estabelece como norma um conjunto de regras advindas da produção de variedades prestigiadas, frutos de camadas com maior poder político ou aquisitivo e as demais variedades da Língua Portuguesa muitas vezes, não apenas, ficam de fora da análise no âmbito das entidades de ensino, como também são socialmente repudiadas, estigmatizadas como formas “erradas” do Português.

Seguindo os autores mencionados acima, entendemos como *norma prescritiva* ou *norma padrão* “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p.75) e como *norma culta/comum/standard* ou *variedade(s) de prestígio* “usos convencionais arbitrariamente fixados pelos falantes com escolaridade superior convivendo num ambiente urbano” (CAMACHO, 2013, p.57). Podemos, ainda, nos indagar acerca do contexto em que as produções ocorrem e, conseqüentemente, somar aos posicionamentos dos autores o fato de esses “usos convencionais” e da própria “codificação”, geralmente reflexo desses usos (da norma culta), serem produzidos e extraídos, na maioria das vezes, de situações mais monitoradas de fala.

1.3 A estrutura condicional em questão

O interesse no estudo das condicionais não é recente, nem exclusivo de uma área específica da Linguística. A compreensão da expressão da condição coloca desafios que têm sido investigados no âmbito da Sintaxe (funcionalista e formalista), da Sociolinguística, da Psicolinguística e do Discurso/Texto.

Nas construções condicionais, segundo Mateus et al. (2003), temos em geral duas orações que mantêm entre si uma relação de dependência semântica:

Chama-se oração condicional, condicionante, antecedente ou prótase a oração de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional da outra oração: a condicionada, a conseqüente ou a apódose, também designada na tradição gramatical por ‘principal’ (MATEUS et al, 2003, p. 705).

Nas condicionais hipotéticas, a prótase ou oração antecedente “remete para um mundo possível, criado linguisticamente pelo enunciado, epistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação” (MATEUS et al, 2003, p. 707); a realização do conteúdo proposicional da oração conseqüente (apódose) depende da antecedente, da garantia de verdade do conteúdo dessa.

Todavia, uma questão importante e recorrente nos estudos sobre as condicionais, principalmente nos de viés funcionalista (NEVES, 1999, 2000; HIRATA, 1999, 2001; OLIVEIRA, 2008), diz respeito à identificação das possíveis nuances semântico-discursivas expressas por arranjos diversos, incluindo aí diferentes conjunções introdutoras da prótase (OLIVEIRA, 2008) e a articulação dos diferentes tempos e modos verbais.

A complexidade resultante de diversas combinações modo-temporais foi observada em alguns trabalhos, como o de Hirata-Vale (1999), por exemplo. A pesquisadora, em um estudo sobre as construções condicionais no português escrito contemporâneo, identificou 43 (quarenta e três) diferentes correlações modo-temporais em 346 dados de orações condicionais introduzidas pela conjunção *se*. Entretanto, as diferentes condicionais encontradas por Hirata-Vale (1999) não foram analisadas como um fenômeno linguístico em variação em seu trabalho, uma vez que para a autora “não se considera que existam duas ou mais formas alternantes de orações condicionais que ocorram em um mesmo contexto, com mesmo significado.” (p.108).

Outro fator extremamente importante para nosso trabalho diz respeito aos graus de hipoteticidade de uma construção condicional. Segundo Comrie (1986), citado por Hirata-Vale (1999, p.55), a hipoteticidade é o grau de probabilidade de realização das situações referidas na condicional, em especial na prótase. De acordo com Hirata-Vale (1999), usa-se a convenção de que quanto maior for a hipoteticidade, menor será a probabilidade da proposição ocorrer e, inversamente, quanto menor for, maior será a probabilidade da proposição se concretizar.

Assim, tomamos como baliza a definição de Neves (1999) sobre o grau de hipoteticidade manifestado por cada construção: a “possibilidade de realização do conteúdo

da apódose, dada a realização ou verdade da condição expressa na prótase” (NEVES, 1999, p.497); e destacamos três situações possíveis que podem definir o grau de hipótese, segundo Neves (1999, p.498):

- a) Dada a realização/a verdade de p, segue-se, necessariamente, a realização/a verdade de q (real/factual);
- b) Dada a não-realização/ a falsidade de p, segue-se, necessariamente, a não-realização/ a falsidade de q (irreal/contrafactual);
- c) Dada a potencialidade de p, segue-se a eventualidade de q (eventual/habitual)

Ao lado disso, acreditamos que as correlações modo-temporais podem e devem nos dizer muito acerca do grau de hipótese, mas não definem por si só o tipo de condicional (factual, eventual, contrafactual). Tapazdi e Salvi (1998, n.p.) dizem que os períodos hipotéticos, em especial os contrafactuais, não são controlados rigidamente e somente por concordâncias de modos e tempos verbais, mas sim por um “efeito semântico complexo que deriva da interação da morfossintaxe com o conteúdo proposicional da prótase e da apódose e com o contexto linguístico e extralinguístico.” Por conseguinte, trabalhamos com a hipótese de que indicações pragmáticas existentes nas construções condicionais não podem ser desprezadas tratando-se de seu funcionamento discursivo. Tal raciocínio vai mais tarde nos auxiliar para as explanações sobre a análise do grau de hipótese das condicionais presentes em nosso *corpus*.

1.4 Breves considerações acerca das categorias de tempo, modo e aspecto.

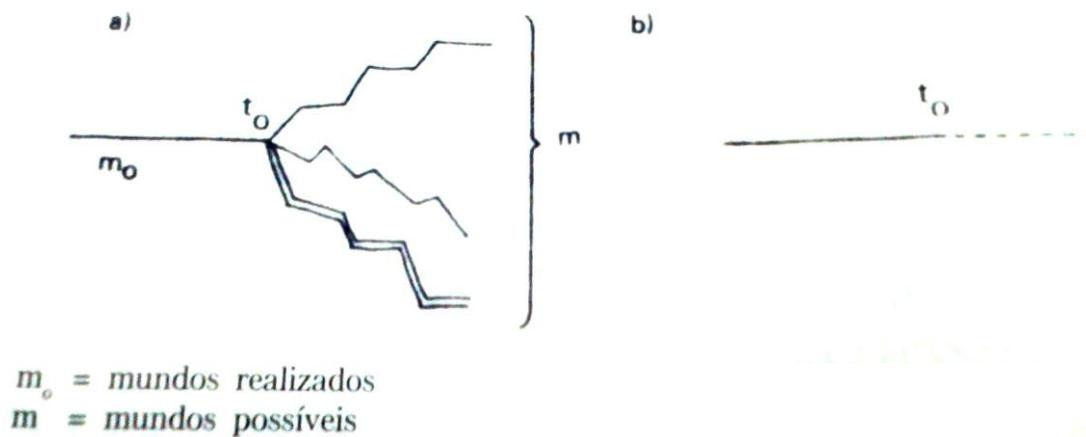
1.4.1 Tempo

Estudar as formas verbais exige de nós um olhar sobre o estatuto temporal, modal e aspectual que um verbo pode expressar. Segundo Fiorin (2008, p.11), o tempo linguístico dos verbos deve ser definido como “a categoria gramatical que permite situar os acontecimentos como presentes, pretéritos ou futuros em relação a um marco referencial presente, pretérito e futuro, estabelecido a partir do momento da enunciação”. Nesse sentido, o tempo linguístico não diz respeito a uma forma, mas a uma localização em relação ao momento da enunciação.

Em relação aos tempos do verbo, tomamos como referência a tríplice noção temporal proposta por Reichenbach, retomada por Corôa (2005, p.11) em seu estudo sobre o tempo nos verbos do Português: o momento da fala (MF) que se refere ao instante em que se realiza a fala, ao momento da enunciação; o momento do evento (ME), que se refere ao tempo em que se dá o evento descrito; e o momento de referência (MR), que diz respeito às

perspectivas concomitantes ou não concomitantes ao momento de fala, as quais servirão de parâmetro para a organização dos eventos no tempo, instaurando três momentos de referência: um concomitante à enunciação (presente), um anterior ao momento da enunciação (passado) ou um posterior ao momento da enunciação (futuro). Esses “pontos temporais” nos permitem pensar no valor de cada forma verbal inserida em seu contexto de uso, mostrando as diferentes complexidades que se criam a partir de um arranjo diferente entre os momentos.

Corôa (2005), baseando-se nos estudos de Martin e Nef (1981)⁵, destaca o feixe de “mundo possíveis” que o futuro cria em relação à linearidade do passado e do presente, como se observa nos esquemas reproduzidos a seguir, de autoria de Martin e Nef (1981)..



Fonte: Corôa, 2005, p.56

Segundo Corôa (2005, p.55), “em T_0 (momento da enunciação) se abrem infinitos prolongamentos possíveis, mas quando o futuro se tornar passado (e o T_0 tiver se deslocado para a direita) só um desses prolongamentos representa o que se realizou”.

No que concerne ao tempo gramatical, pensamos, pois, nos elementos mórficos que uma forma verbal assume, vindo a constituir um caso de variação, como o aqui estudado. Quando falamos em motivos mórficos estamos nos referindo à flexão modo-temporal dos verbos, o que posteriormente nos permite dizer que há variantes mórficas de um mesmo tempo linguístico. Assim, FP e PI são formas verbais que possuem morfemas modo-temporais distintos, mas que em certos contextos, como os estudados aqui, podem manter a mesma ordenação temporal a qual é, conseqüentemente, menos dependente da forma verbal em si, e mais dependente do contexto.

Por conseguinte, a relação de anterioridade e posterioridade é recuperada por alguns marcadores temporais e não somente pela forma verbal, embora esta faça parte do processo.

1.4.2 Modo

Algo análogo parece poder ser pensado com questões que se ligam ao modo do verbo. Entendendo modo como uma atitude psíquica do falante para com os fatos que anuncia (CÂMARA Jr., 1956), este (o modo) se expressa morfológicamente no português, de modo tradicional, por um conjunto de paradigmas verbais que se enquadram nos modos *indicativo, subjuntivo e imperativo*. Segundo Silva (2002), é através dos três que a relação modal entre locutor e o estado de coisas se expressa.

Câmara Jr. (1956, p.18) nos ensina ainda que essa atitude psíquica é “uma consequência inelutável da natureza humana que não saberia manter-se impassível e neutra de exteriorização verbal” e, assim, os modos de ver do falante sempre são expressos e não apenas pela estruturação mórfica da forma verbal, mas também, e por vezes, lexicalmente (talvez, caso, se, um dia, neste caso, com certeza etc.), bem como por outras formas de que as línguas lançarem mão.

Para Câmara Jr. (1956), há uma interferência do modo na categoria de tempo, sendo o primeiro uma das categorias mais marcantes no tempo futuro:

Esponaneamente, o futuro surgiu menos como um tempo do que como um modo. O impulso linguístico que criou um futuro gramatical não foi o de situar o processo como posterior ao momento em que se fala, mas o de assinalar uma atitude do sujeito falante em relação a um processo assim posterior ao momento da enunciação. [...] A obliteração do futuro só não logra espontaneamente efetuar-se, quando se cria um estado de espírito especial no sujeito falante, inibindo-o de tal visualização e formulação. Já não se pode então transportar ao momento da ocorrência, porque o processo não é visto singelamente como o que vai acontecer. Há um anseio ou uma dúvida, por exemplo. Ou há a convenção implícita de que não se trata do evento real mas sim de evento possível, isto é, noutros termos, de uma hipótese. Ou, ainda, há o sentimento da afirmação Psíquica-linguística e um esforço para aproveitar-lhes ao máximo o valor lógico. Dá-se o que podemos chamar de gramaticalização (designando uma sistematização das noções intelectuais em detrimento da função expressiva) mercê da qual, nas sociedades mentalmente envolvidas, a língua se torna pouco a pouco um instrumento precioso para a expressão – e até a elaboração – do pensamento consciente. (CÂMARA Jr., 1956, p.27- 28)

Pensando sobre esse caráter modal de formas verbais, em especial o FP e o PI, que fazem parte atualmente na gramática tradicional do modo indicativo (modo este em que o locutor reconhece o estado de coisas como certo), voltamos nossa atenção para a

importância que o subjuntivo (modo que expressa incerteza, imprecisão) e o conectivo *se* presente na prótase condicionante exercem para que a irrealidade seja compartilhada para as formas verbais da apódose. De acordo com Câmara Jr. (1956), a condição da prótase é apresentada como imaginária, irreal, ficando evidente que essa irrealidade é compartilhada pela apódose, que dela é consequência e “é, por exemplo, por causa do contexto – e não por significação intrínseca da forma verbal – que têm valor irreal muitas formas em –ria” (CÂMARA Jr., 1956, p.55).

1.4.3 Aspecto

Enquanto tempo e modo levam em conta o sujeito tomando e avaliando o ponto de referência do que se anuncia, caracterizando-se como elementos dêiticos, uma vez que trazem elementos do momento de enunciação ou indicam “o momento da situação relativamente à situação de enunciação” (TRAVAGLIA, 1985, p.52), o aspecto é, necessariamente, uma visão objetiva acerca da duração ou desenvolvimento entre um estado e um processo (CASTILHO, 1968).

É, pois, um constituinte temporal interno de um processo verbal e, assim, podemos dizer que “o tempo é um **tempo externo** à situação e o aspecto é um **tempo interno** da situação.” (TRAVAGLIA, 1985, p.52, grifo nosso)

Travaglia (1985), ao tomar o aspecto como uma categoria que atualiza um processo, atividade ou estado, nos oferece um quadro em que temos diferentes valores para diferentes aspectos:

Quadro 1 – Valores e Aspectos

VALORES	ASPECTOS
DURAÇÃO →	IMPERFECTIVO (inceptivo, cursivo, terminativo)
COMPLETAMENTO →	PERFECTIVO (pontual, resultativo, cessativo)
REPETIÇÃO →	ITERATIVO (iterativo imperfectivo e iterativo perfectivo)
NEGAÇÃO DA DURAÇÃO E DO COMPLETAMENTO →	INDETERMINADO

Fonte: Travaglia, 1985, p.45.

Segundo o autor, o pretérito imperfeito “não atualiza aspecto quando é empregado pelo futuro do pretérito normalmente para expressar uma situação que seria consequência certa de outra que não ocorreu” (TRAVAGLIA, 1985, p.169-170). Contudo, uma análise

preliminar de dados nos indica a relevância de considerar dois aspectos para o estudo da alternância FP/PI: o *perfectivo* e o *imperfectivo*.

Alguns trabalhos, entre eles o de Costa (2003) e o de Sousa (2007), nos ensinam que um dos elementos que assegura a possibilidade de variação entre as formas de PI e FP é a inconclusão; portanto, pensamos no aspecto *imperfectivo*. Por outro lado, outra de nossas variantes é formada pelo auxiliar + particípio (Ex.: teria/tinha ido), o que necessariamente marca o aspecto como acabado, representando um processo como concluído nítida e explicitamente pela terminação do particípio, marcando um aspecto *perfectivo*.

Por conseguinte, o estudo do aspecto verbal pode vir a contribuir em nossas reflexões acerca do grau de hipoteticidade de uma construção (cf. seção 3.3.2.7). Quando pensamos nas formas simples de PI e de FP, o aspecto *imperfectivo* parece revelar uma condição vaga que pressupõe um estado de dúvida quanto ao seu desenvolvimento interno, instalando um possível estado de dúvida inclusive quanto à realização da proposição como um todo principalmente em construções como a presente em (1). Por outro lado, nas construções com formas perifrásticas com particípio, em que se instaura uma visão retrospectiva (um MR passado), teríamos o aspecto *perfectivo* (concluso), o que corresponderia a uma condição com um grau de hipoteticidade distinto, como o que acontece em (2).

(1) Inf.: acho que **se... combatesse** um po(u)co da corrupção lá em cima... **sobraria** mais dinhe(i)ro pra mais policiamento... pra Tudo. (AC-54; NE: L.428)⁶

(2) Inf.: Inf.: se eu **fosse** minha mãe eu acho que eu já **teria botado** minha irmã.: há mu::ito tem::po ela pra fora já... mesmo:: sofren(d)o né? ... é ló::gico... acho que minha irmã (num tá ten(d)o mais resPElto)... com a minha mãe né?... e eu acho que amiZAdo principalmente::... (AC-11; RO: L.303-305)

Prótase positiva: Se eu fosse minha mãe.

Pressuposto negativo: Eu não sou minha mãe.

Apódose positiva: Teria botado minha irmã para fora.

Conteúdo asseverado negativo: Não botei.

Assim, formas compostas de perífrases com particípio (Ex.:**teria comprado/tinha comprado**), ao apresentar uma situação acabada, podem ilustrar uma condição que não se realizou; em contrapartida, sentenças como a presente em (1) trazem um aspecto *inacabado*, que prevê uma possibilidade de realização da proposição como um todo.⁷

⁶ As informações entre parênteses referem-se à fonte do dado: AC-Amostra Censo; -54 (indica o entrevistado), NE (narrativa de experiência): L(inha) 428. Esse mesmo padrão é seguido para todos os dados, variando o número do entrevistado, o tipo de texto de que provém a ocorrência (NE-narrativa de experiência, NR-narrativa recontada, DE-descrição, RO-relato de opinião) e sua localização na entrevista (linhas).

⁷ Mais considerações acerca do aspecto e do grau de hipoteticidade se encontram na seção 3.3.2.7

2 O OBJETO DE ESTUDO: ALTERNÂNCIA ENTRE FORMAS VERBAIS

A partir de uma abordagem descritiva variacionista, buscamos analisar as formas verbais presentes nas construções condicionais hipotéticas introduzidas pela conjunção *se* (*se p, então q*) e que possuem uma referência temporal não-futura, como no esquema:

Conectivo	Subordinada/prótase/ condicionante	Principal/ apódose/ condicionada
SE	Imperfeito do subjuntivo	Futuro do pretérito
Se	João tivesse dinheiro	Compraria uma ilha

O esquema proposto, no que concerne às formas verbais, não é categórico, visto que as formas alternativas são as estudadas neste trabalho. Além disso, sabemos que o conectivo *se* não necessariamente precisa ocorrer em uma estrutura condicional, mas este se refere ao recorte que fizemos. Nesse sentido, esboçamos um esquema apontado como típico das construções condicionais e a seguir destacamos algumas variantes encontradas em cada categoria neste trabalho⁸.

Conectivo	Formas verbais em prótases	Formas verbais em apódose
SE	Imperfeito do subjuntivo (simples)	Futuro do pretérito (simples)
SE	Imperfeito do subjuntivo (perifrástico)	Futuro do pretérito (perifrástico)
SE	Imperfeito do indicativo (simples)	Imperfeito do indicativo (simples)
SE	Imperfeito do indicativo (perifrástico)	Imperfeito do indicativo (perifrástico)

2.1 A visão normativa sobre o fenômeno

A princípio, se nos atentarmos para o tratamento dado à alternância entre FP e PI, no decorrer da história, perceberemos que já não é de hoje que o futuro do pretérito possui um *status* mais elevado perante a norma gramatical em contextos hipotéticos, diferente do uso do pretérito imperfeito no mesmo contexto. É o que fica evidente nas afirmações de Bueno:

Na língua clássica encontram-se alguns exemplos de imperfeito do indicativo pelo condicional: “Se elle viesse, eu sahia” (Vieira). Machado de Assis abusou deste emprego, que não se recomenda, embora dele haja alguns exemplos segundo dissemos. Tal correlação de tempo parece-nos inquinada de galicismo. (BUENO Apud. SOUSA, 1958, 178, 6º §)

Essa afirmação já não se enquadra completamente na contemporaneidade, visto que o uso do verbo no pretérito imperfeito para expressar hipótese ou condição parece estar

⁸ O esquema deve ser lido na vertical, pois não estamos exemplificando combinações, mas destacando possíveis formas verbais encontradas tanto na apódose quanto na prótase. Lembramos ainda que o foco deste trabalho são as formas verbais da apódose.

incorporado por nós - falantes do PB. Além disso, algumas gramáticas atuais com orientação descritiva (BECHARA, 2009; CASTILHO, 2012; PERINI, 2010) já registram o uso recorrente dessa alternância na língua, principalmente em contextos de fala menos formal.

Castilho (2012), por exemplo, fala acerca do estatuto categorial que as formas verbais possuem. No que diz respeito ao PI, o autor ressalta seus aspectos semânticos, morfológicos, sintáticos e discursivos, realçando seu ou seus papéis dentro da comunicação. Para isso, subdivide a forma do PI em: (a) Pretérito Imperfeito Real – possuidor de um caráter durativo, representa o estado das coisas que duram no passado; (b) Pretérito Imperfeito Metafórico e o (c) Pretérito Imperfeito Atemporal. O autor traz em sua *Nova Gramática do Português Brasileiro* uma análise singular acerca das formas verbais, fugindo às explicações tradicionais:

Não utilizamos as formas temporais unicamente para fixar cronologias dos estados de coisa, situando-nos em um espaço real, mas também para nos deslocarmos livremente num tempo imaginário, que escapa à cronologia, num domínio vago, genérico, impreciso (CASTILHO, 2012, p. 441).

Castilho (2012) ressalta ainda o fato de as formas em *-ria* serem hoje tratadas como futuro do pretérito, em que se destaca o seu lado temporal, enquanto antigamente recebia o rótulo de condicional, onde retratava-se o lado modal dessas formas. Considera, assim, a forma em *-ria* “polifuncional”.

Bechara, em sua *Nova Gramática do Português*, traz a possibilidade de o PI “aparecer em lugar do futuro do pretérito para denotar um fato certo como consequência de outro que não se deu” (BECHARA, 2009, p.278), em orações como: “Eu, se tivesse crédito na praça, pedia outro empréstimo”. O autor traz uma análise cuidadosa sobre o fenômeno, atrelando às motivações da alternância o fato de o termo Imperfeito ser “um termo neutro do plano inatural” e, nessas condições, não poderíamos atribuir ao PI somente a “pura e simples designação de passado”: “(...) o mais-que-perfeito significa um ‘anterior’, enquanto o condicional presente (futuro do pretérito) um ‘depois’. Daí o imperfeito não significar nem um “antes” e nem um “depois” e, por isso, pode ocupar todo o espaço dessa oposição” (BECHARA, 2009, p.277).

Bechara (2009, p.280), ao falar acerca do FP, diz que este pode ser empregado para (a) denotar um fato que se dará **agora** ou no **futuro**, dependendo de certa condição, (b) asseveração modesta em relação ao passado, admiração por um fato se ter realizado e (c) para denotar incerteza. O autor ressalta ainda que “uma forma verbal não está por outra ou em lugar de outra, mas sim no lugar de outra significação” (BECHARA, 2009, p.277), o

que parece contrariar em certa medida a ideia de variação tal como se propõe na Sociolinguística.

São obras de referência para nossa língua que consideram, sim, a possibilidade de o PI alternar com o FP em situações que conotam hipótese, embora pouco se fale sobre a regularidade dessas alternâncias e sobre a variação propriamente dita, visto que, em muitos casos, a utilização de uma ou outra forma verbal, segundo esses autores, pode carregar diferentes significados, não constituindo um caso de variação. É importante lembrar ainda que, embora existam gramáticas um tanto singulares preocupadas em descrever e problematizar a coexistência do PI e do FP, há outras obras (LIMA, 2011; ABREU, 2003) que não se referem à alternância e às possibilidades de variação, deixando de lado características morfossintáticas, semânticas e discursivas que as formas verbais possuem e tampouco avaliam a significação dessas formas verbais dentro do contexto situacional em que podem ser encontradas.

2.2 A visão da literatura linguística sobre o fenômeno

Quando falamos em passado, presente ou futuro, estabelecemos uma relação cronológica de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre esse momento e algum outro momento tomado como ponto de referência e, como bem observou Castilho (2012), também temos a possibilidade de nos deslocar livremente para um mundo irreal, imaginário. Temos a possibilidade de sugerir, de desejar, sonhar e, o melhor, podemos expressar tudo isso por meio de uma combinação de palavras, em especial, de formas verbais combinadas a outros elementos, o que, conseqüentemente, faz com que um verbo utilizado por nós tenha simultaneamente vários papéis e possa funcionar com diferentes aspectos, tempos, modos.

Como afirma Perini (2007), essa heterogeneidade de papéis, de significados que as formas verbais bem como quaisquer outras formas linguísticas possuem, depende de um conjunto de fatores presentes não somente na estrutura interna dos enunciados, mas também presentes no próprio contexto situacional em que esses enunciados se realizam, o que reforça a importância dos estudos de variação além do nível da fonologia ou da morfossintaxe. Para o autor:

Um dos problemas que se colocam para qualquer estudo que leve em conta o significado das formas linguísticas é que não é claro se essas formas realmente possuem um significado independente do contexto situacional em que são utilizadas. (PERINI, 2007, p.43)

Diz-se que uma ação faz parte do modo *irrealis* quando esta pode eventualmente não acontecer e que faz parte do modo *real* quando se completa obrigatoriamente; essa é uma distinção muito importante em nosso estudo, como veremos adiante. Segundo Ilari e Basso (2008, p.163), uma de nossas principais referências nesta investigação, na segunda situação listada acima, onde a ação se realiza, o pretérito imperfeito estabelece uma consumação contínua; por exemplo: *quando eu era criança, eu chorava*. Trata-se de noção diferente daquela que está presente na construção que é nosso foco de estudo: *se eu fosse criança, eu chorava*; nesse exemplo, atualmente, o ato de chorar provavelmente não acontecerá, talvez pelo fato de este já não ser mais criança (*irrealis*).

As opções de tempo verbal nos permitem ancorar nossas representações da experiência a partir do momento da fala e olhar para o modo nos faz perceber a fala numa dimensão tipicamente interpessoal. Ilari e Basso (2008) expõem ainda que a alternância encontra-se em uma “progressiva redução de incerteza” e levantam a hipótese de que podemos atrelar nosso discurso às teorias dos atos de fala, que separam cuidadosamente os conteúdos proposicionais e os usos que deles podemos fazer. Um dos usos dos atos de fala é a *asserção*, pela qual damos fé de que determinado conteúdo se realiza no mundo; outro é a construção de situações imaginárias que não precisam corresponder pontualmente àquilo que acontece no mundo. Segundo os autores, “qualquer período hipotético realiza uma operação particular sobre mundos: reduz a margem prévia de incerteza, descartando todos os mundos em que o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso” (ILARI; BASSO, 2008, p.330).

Outro estudo que serviu de base para o presente trabalho e que dialoga diretamente com os estudos dos autores supracitados é o de Travaglia (1987), que atribui a alternância do PI e FP a esse afastamento ou aproximação do real e o não real, do comprometimento e do não comprometimento com o que se fala. O linguista observou a alternância primeiramente em falas infantis e depois em falas adultas. De acordo com Travaglia (1987), o falante usa o PI quando pretende fugir, se afastar do processo verbal de realidade. Já, se usa o FP, o fato em questão é apenas hipotético e, segundo ele, é algo mais possível, mais próximo à realidade, e só não ocorreu pela condição estabelecida anteriormente na prótase. O autor observou também que o uso do PI nas construções em que a norma culta estabelece o uso do FP passa a diminuir de acordo com o aumento da escolaridade. Entretanto seu estudo atentou-se mais para o uso discursivo das formas verbais no PI e FP, atribuindo essa alternância, principalmente, ao sentido do verbo:

Não considerando a influência da norma culta que em certos casos recomenda o uso do futuro do pretérito, pode-se dizer que a escolha do falante, ao organizar seu discurso, será controlada pelo seguinte: se ele vê o fato como certo, mas afastado da realidade usará o pretérito imperfeito do indicativo; mas se ele vir o fato como apenas hipotético, provável, possível (portanto outra modalidade) usará o futuro do pretérito. (TRAVAGLIA, 1987, p.71)

Há outros trabalhos representativos, como o de Sousa (2007), por exemplo, que analisou a variação de usos entre o PI e o FP na expressão de hipótese em excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil durante o século XVIII. Chegou-se à conclusão, em suas análises, de que há uma maior incidência de traços de oralidade em textos escritos com alto grau de formalidade, porém ditados pelos autores a escrivães designados para tal tarefa. A autora encontrou um equilíbrio entre os dois usos em questão, o que nos mostra uma ampla produtividade da alternância verbal desde muito antes dos usos do imperfeito estudados por nós. Esta ressalta ainda que o uso do PI “é um indicativo de tendência à mudança – com a prevalência do uso do imperfeito para expressar o irreal –, caso o valor agregado ao futuro do pretérito deixe de ser disseminado pelos veículos reguladores de língua padrão” (SOUSA, 2007, p.13).

Um estudo sincrônico realizado por Costa (1997) com amostras de fala menos formal do Rio de Janeiro e em peças teatrais revelou que os resultados da alternância entre FP e PI, segundo a variável idade, indicam uma possível mudança linguística em tempo aparente; levantou-se a hipótese de que a forma de PI seria uma candidata à variante inovadora. A autora decidiu posteriormente dar continuidade ao estudo, agora com uma perspectiva diacrônica (COSTA, 2003). Observou, então, que no decorrer do tempo o uso do PI foi crescente nas peças teatrais e uma outra candidata à variante inovadora (IA+ Verbo no infinitivo) chegou a superar o PI e o FP no final do século XX. Ao comparar as amostras de língua escrita e falada, Costa (2003) percebeu que quando a hipótese do falante ou do escritor se projeta no tempo futuro, a variante preferida é o FP. A autora levou em conta também o *paralelismo*⁹, que influenciou fortemente na fala e menos na escrita; o *ambiente sintático*, onde o PI apareceu com bastante frequência na ordem canônica (“*Se essa rua fosse minha, eu mandava ladrilhar*”), enquanto na ordem inversa o FP foi mais usado (“*Eu mandaria ladrilhar essa rua, se ela fosse minha*”); e, a presença das perífrases verbais, pouco frequentes na escrita. Também destacou a questão da *escolaridade*, segundo a qual o

⁹ Paralelismo pode ser definido como uma repetição da mesma variante dentro de uma sequência textual, de uma cadeia de enunciados. Neste caso, as variantes se referem às formas verbais.

uso do FP confirma seu *status* de formalidade e sua vinculação à influência da escola tanto na escrita quanto na fala.

Tesch (2011) analisou a variação entre FP e PI na fala capixaba, no português falado na cidade de Vitória. Percebeu que o *paralelismo*, o *tipo de texto* e a *questão fônica* possuem uma grande influência na escolha de uma ou outra variante. Houve, segundo a autora, diferenças significativas de uso em relação aos verbos modais e não modais. Em verbos não-modais, por exemplo, percebeu-se a preferência da variante FP. Em relação aos fatores sociais analisados por Tesch (2011), esta afirma que não se encontravam entre os primeiros selecionados pelo programa de análise estatística (Goldvarb), mas que a escolaridade se mostrou relevante no âmbito dos resultados, como veremos adiante.

Podemos perceber, diante da exposição de alguns resultados de pesquisas empíricas sobre o fenômeno, que a alternância entre o Futuro do Pretérito e o Pretérito Imperfeito, em suas formas simples ou perifrásticas, ainda abarca uma ambiguidade de aplicação ou de interpretação. Embora todos os estudos aqui listados não sejam excludentes entre si (ao contrário, dialogam e se complementam), ainda existem lacunas no âmbito do estudo desse fenômeno. Se retomarmos o estudo de Travaglia (1987) listado acima, veremos que aparentemente essa alternância não corresponderia a variantes de uma mesma variável; ou seja, a alternância não resultaria em variação, visto que o PI seria utilizado com um objetivo específico e o FP com outro, embora ambos conotem hipótese, inconclusão. É importante ressaltar que Travaglia (1987) não deixa de lado a influência que a norma culta exerce em situações que demandam um maior grau de formalidade e o maior uso do FP por parte de falantes mais escolarizados, entretanto seu foco de estudo foram os possíveis usos discursivos das formas verbais.

Outros estudos (TESCH, 2011; COSTA, 1997, 2003; SOUSA, 2007) assumem a variação propriamente dita. Tesch (2011), por exemplo, atribui com mais intensidade a fatores linguísticos (paralelismo, tipo de texto, saliência fônica, etc.) essa variação, embora some ainda às motivações da variação o domínio das normas, defendendo que há o desvio em relação a uma forma que possui maior *status* de acordo com a norma-padrão, o que conseqüentemente torna o fator extralinguístico escolaridade extremamente relevante.

Vale lembrar novamente que as duas interpretações, tanto a de Travaglia (1987) quanto a de Tesch (2011), ou a de qualquer outro estudo listado aqui, não são, necessariamente, excludentes entre si, muito pelo contrário, se complementam e dialogam. Assim podemos nos perguntar: afinal, há variação no que diz respeito à escolha de uma ou

outra forma verbal? Se há, em que contextos? E o que leva o falante a optar pelo FP e não pelo PI e (vice e versa) nestes contextos?

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Partindo dos dados coletados no banco de dados do ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista), seguimos a metodologia da Sociolinguística Variacionista para a coleta e análise das formas verbais nas construções condicionais e trouxemos para este trabalho a análise de alguns dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos estudados, os quais serão detalhados mais a seguir.

3.1 Coleta e análise de dados

O estudo empírico tomou como instrumento de análise a metodologia da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]; TARALLO, 1985; MOLLICA; BRAGA, 1996; MILROY. GORDON, 2003; TAGLIAMONTE, 2006). Os procedimentos incluíram: (i) a delimitação da amostra a ser estudada; (ii) a coleta de dados e a identificação dos contextos variáveis; (iii) a definição de grupos de fatores que poderiam influenciar a variação; (iv) a análise e codificação dos dados segundo os grupos de fatores definidos; (v) a quantificação das informações resultantes da análise, com o auxílio do programa Golvarb-X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005); e (vi) a interpretação dos resultados da quantificação à luz das hipóteses e da base teórica.

Analizamos o fenômeno em enunciados que continham orações subordinadas condicionais que incluíam a conjunção SE e que possuíam uma referência não-futura, como já elucidado. Construções cristalizadas como “*seria cômico se não fosse trágico*” foram deixadas de fora da análise, bem como algumas poucas construções em que se tinha tanto na prótase quanto na apódose o imperfeito do subjuntivo, como “*se alguém não tivesse sido louco nessa história provavelmente eu tivesse morrido...*”

Os dados foram coletados com o auxílio do aplicativo *ConcorderPro*, analisados e quantificados com o auxílio do aplicativo *Goldvarb-X*, uma ferramenta estatística para análise da variação linguística.

3.2 O corpus

Os dados analisados são do início do século XXI e provêm de 152 entrevistas controladas sociolinguisticamente, presentes na Amostra Censo do projeto Amostra Linguística do Interior Paulista – ALIP (Gonçalves, s.d.). Trata-se de *corpus* oral, representativo de variedade do português do interior de São Paulo e que atende aos seguintes critérios: 5 grupos etários (7-15 anos; 16-25 anos; 26-35 anos; 36-55 anos e mais de 55); 4

níveis de escolaridade (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Ensino Superior); sexo/gênero (feminino, masculino), renda (até 5 salários mínimos, de 6 a 10 salários mínimos, de 11 a 24 SM e mais de 25 SM) e quanto à cidade de origem de cada informante (Bady Bassitt, Cedral, Onda Verde, Mirassol, Guapiaçu, Ipiguá e São José do Rio Preto).

O estudo levou em conta o possível papel de tais categorias sociais sobre a alternância de FP e PI com ênfase, neste trabalho, para o papel da idade e da escolaridade, fornecendo, assim, um mapeamento detalhado e inédito do fenômeno no português paulista.

Além disso, o *corpus* oferece um outro diferencial: foi estruturado a partir da coleta de cinco modalidades de texto (narrativa de experiência, narrativa recontada, descrição, relato de procedimento e relato de opinião). Essa organização permitiu que verificássemos se a construção hipotética está ou não associada com algum espaço particular de produção verbal, com objetivos comunicativos e temáticas específicos.

3.3 Grupos de fatores

3.3.1 Variável dependente

A alternância entre futuro do pretérito (FP) e pretérito imperfeito (PI) corresponde à nossa variável dependente. Consideramos formas de pretérito imperfeito as variantes que estão em destaque nos exemplos (3a, 4a e 5a) e, como formas de futuro do pretérito, as variantes que estão presentes em (3b, 4b e 5b).

(3)

(a) Inf.: se fosse Rio Preto se eles tivesse matado um dos... dos bandido... **vinha** até a gente de São Paulo pra sabê::(r) (AC-147; DE: L.178-179)

(b) Inf.: e eu comentei quando a equipe que chegô(u) com as meninas lá dentro do quarto... que se eu tivesse::... infra-estrutu::ra né? que já trabalhasse tal eu **levaria** a J. embora... [Doc.: nossa] eu traria pra Rio Preto né? (AC-120; NE: L.362-363)

(4)

(a) Inf.: num era pra ele fazê(r) mais aquilo c'ô filho dele não porque se ele fosse continuá(r) baten(d)o nele... **ia mandá(r)** ele de volta pa Bahia (AC-31; RP: L.88)

(b) Inf.: aí meu irmão pegô(u) falô(u) assim – “se fosse você acho que tam(b)ém **iria ficá(r)** né? (AC-15; NR: L.408)

(5)

(a) Inf.: você num tá acreditam(d)o... e se eu tivesse falado aquela vez cê:: **tinha acreditado?**”– ele falô(u) – “realmente não”– peguei e falei –“então que que adiantava eu te falá(r)” (AC-63; NE: L.100-101)

(b) Inf.: é um tipo de acidente que se a pessoa tivesse PRÁTICA com a MOto ela **teRIA desviado**... por mais que teria [Doc.: aham (concordando))] errado seria uma coisa... involuntária ela teria desviado... eu acho que eu num teria caído desse jeito... teria desviado também... mas... convenhamos... (AC-50; NE: L.63-66)

Lembramos que são os verbos flexionados os que estão sendo analisados neste trabalho, por isso a diferenciação entre IA como auxiliar de PI e IRIA como auxiliar de FP, assim como TINHA e TERIA quando nas mesmas condições. Vale a ressalva de que formas com TER + Particípio (“tinha acreditado” / “teria desviado”) são, na gramática tradicional, consideradas formas de pretérito mais-que-perfeito analítico, mas que, por sua vez, foram classificados como formas de PI e FP em nosso trabalho para podermos controlar a frequência com que o auxiliar ocorre como “tinha” (PI) e como “teria” (FP).

Por conseguinte, os exemplos presentes em 3 trazem formas sintéticas/ simples do PI e FP, enquanto os dados em 4 e 5 apresentam formas perifrásticas¹⁰ de PI e de FP, como veremos adiante.

3.3.2 Variáveis linguísticas

Tentando abarcar aspectos que vão desde as menores unidades significativas da língua, como os morfológicos, por exemplo, passando pelo léxico, pela sintaxe até chegarmos aos semânticos e pragmáticos, trouxemos para a discussão os seguintes grupos de fatores: (i) forma verbal (simples ou perifrástica); (ii) tempo/modo verbal na prótase e na apódose; (iii) identidade lexical (BERLINCK, 2015); (iv) ordem das orações (Se p, q; q se p); (v) localização dos eventos no tempo (visão retrospectiva, visão prospectiva) (CÂMARA Jr., 1956); (vi) saliência fônica das formas verbais (POPLACK; LEALEIS; DION, 2013) e (vii) grau de hipoteticidade manifestado pela oração (contrafactual, habitual, possível) e o tipo textual (relato de opinião, narrativa de experiência, narrativa recontada, relato de procedimento e descrição).

3.3.2.1 Formas verbais da apódose

O primeiro grupo de fatores refere-se à forma verbal da apódose. Desse modo, consideramos formas verbais do FP e do PI como sendo simples (3a e 3b) e perifrásticas (4a;4b;5a;5b).

¹⁰ Entendemos por formas perifrásticas o que Travaglia (1985, p.204) chamou de “aglomerado verbal”. Estão contemplados nessa categoria um verbo auxiliar (também designado por verbo morfemático) e uma forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio passado) do verbo principal (classificado também como verbo pleno).

Vale a ressalva de que, embora as formas perifrásticas de PI e FP e as formas simples dessas duas categorias modo-temporais sejam aparentemente correlatas, fazem parte de “sistemas distintos” (CÂMARA Jr., 1956). Nas gramáticas tradicionais, por exemplo, algumas formas por nós classificadas como perifrásticas recebem outros nomes dada sua flexão, como já dito anteriormente. Justificamos a classificação das formas somente entre FP e PI (simples e perifrásticas) pelo fato de podermos ter, dentro desse sistema distinto, tanto “teria desviado” quanto “tinha desviado”, assim como “ia ficar” e “iria ficar”, por exemplo. Logo, optamos por considerar essas formas como perifrásticas em oposição às formas simples (ou sintéticas).

3.3.2.2 Formas verbais da prótase

A proposta inicial era de analisar as construções condicionais encabeçadas pela conjunção *se* e que traziam na prótase uma forma verbal do subjuntivo. Contudo, no decorrer da pesquisa, observamos algumas construções em que a forma verbal se realizava no modo indicativo e que aparentemente mantinha o mesmo sentido hipotético projetado por formas do subjuntivo, como veremos nos exemplos abaixo.

A partir dessa constatação, propusemos analisar também as formas na prótase que apareceram tanto com uma forma do indicativo quanto com formas do subjuntivo, com a finalidade de perceber se as diferentes formas poderiam vir a influenciar o uso do FP e do PI na apódose. Considerando os usos observados na amostra, os dados de imperfeito do subjuntivo e de mais-que-perfeito do subjuntivo foram amalgamadas em formas verbais do subjuntivo. Já formas do imperfeito do indicativo foram consideradas como formas verbais do indicativo. Ficamos então com uma oposição “indicativo (imperfeito)” x “subjuntivo (imperfeito e mais-que-perfeito)”, como nos exemplos abaixo:

INDICATIVO - Inf.: O SUS foi o melhor sisTEma... de saúde que teve no Brasil [Doc.: uhum ((concordando)))]... porque ANTigaMENte... se você não tinha I.N.P.S.... [Doc.: uhum ((concordando)))] se você num **tinha** registro em carteira... você era in/ éh considerado indigente. (AC-105; NE: L.396-398)

SUBJUNTIVO – Inf.: a cidade num tinha muitos prédios... e se você **visse** alguns prédios era um ou dois. (AC-37; NR: L. 147)

SUBJUNTIVO – E:: eu lembro que eu falei pra ele –“(tá olhan(d)o?)...essa borracha... se você **tivesse ro(u)bado** o bran/ o banco... perante Deus era a mesma coisa você ro(u)bô(u)... isso é ro(u)bo... você tá ro(u)ban(d)o você tá erran(d)o”

3.3.2.3 Identidade lexical

A identidade lexical refere-se aos lexemas específicos que ocorrem no *corpus* e a sua frequência na amostra analisada. Como estamos lidando com formas verbais, nos interessa a identidade dos lexemas verbais que ocorrem na apódose de construções condicionais e a frequência de cada lexema em particular.

O controle desse aspecto pode revelar muito sobre o fenômeno e, inclusive, alterar a configuração global dos resultados da pesquisa. Em estudo sobre a alternância entre formas do subjuntivo e do indicativo em dados de orações completivas provindas da mesma amostra que estamos analisando, Berlinck (2015) identificou uma correlação forte entre alguns verbos na oração principal e uma das duas variantes em jogo. Chamou, particularmente, a atenção o fato de que 70% do *corpus* inicialmente composto correspondia a completivas ligadas ao verbo *achar*, que, por sua vez, apresentava inexpressivo uso de subjuntivo (menos de 1%). A identificação desse efeito lexical determinou uma revisão do *corpus*, com a exclusão desses dados de modo a focalizar os contextos realmente variáveis.

A partir disso, propusemos controlar a identidade do lexema e a frequência com que apareceu ao longo dos dados nas apódoses das orações.

3.3.2.4 Ambiente sintático

Hirata-Vale (1999) nos ensina que a ordem não marcada das condicionais no PB, ou seja, a ordem mais comum, é a precedência da prótase sobre a apódose. Isso se deve tanto a fatores estruturais quanto a discursivos. Segundo Neves (2000, p.835), considerando a construção condicional de um ponto de vista lógico-semântico pode-se invocar o princípio da iconicidade¹¹, favorecendo a anteposição da oração condicionante e, assim, prevendo-se para a sequência a seguinte configuração:

- 1) Enuncia-se primeiro a ocorrência de um estado de coisas, como assentamento de uma condição (prótase), que pode não ou não ser satisfeita.
- 2) A partir daí (e, portanto, em subsequência) enuncia-se um estado de coisas como factual (real)/ contrafactual (irreal)/ eventual (apódose) em dependência do preenchimento daquela condição.

¹¹ O princípio da iconicidade se baseia na relação de similaridade entre forma (código linguístico) e o sentido por ela expresso. (MARTELOTTA; WILSON, 2008).

Contudo, a prótase nem sempre antecede a apódose sintaticamente. Nesse sentido, a distribuição de informação das orações condicionais varia em sua ordenação e, em consequência disso, o fluxo de informação veiculado tanto pela condicionante quanto pela condicionada também, contrariando o princípio icônico de que condições precedem os fatos. O questionamento que fazemos por meio deste grupo de fatores é: a ordem prótase-apódose ou apódose-prótase motiva, de alguma forma, a escolha verbal realizada?

Costa (2003), em um estudo sobre a alternância verbal entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito no português do Rio de Janeiro, chegou a resultados que mostram que há contextos sintáticos preferenciais para a escolha das variantes. Na ordem canônica, segundo a autora, o PI é o preferido, enquanto na ordem inversa a tendência é que o FP seja utilizado. Costa (2003) explica a preferência relacionando-a à ambiguidade que se instalaria ao se utilizar, em um contexto condicional de ordem não-canônica, a forma de PI ao invés de FP, pois se trataria de um passado habitual ou de uma hipótese?

A partir de tais considerações, as quais mais tarde serão retomadas, propomos classificar as construções condicionais nas duas ordens a fim de perceber se uma forma verbal ou outra é privilegiada em decorrência da ordem em que aparece:

ORDEM CANÔNICA - Caracteriza-se pela ocorrência primeiramente da prótase, seguida da apódose [*se q, (então) p*]. Ex.: Inf.: lógico... se fosse comigo tam(b)ém eu:: já **entrava** em pânico... (AC-054; NR: L.116-117)

ORDEM NÃO-CANÔNICA - Caracteriza-se pela ocorrência primeiramente da apódose, seguida da prótase [*(então) p, se q*]. (Ex.: Inf.: falei –“eu num **iria**... se eu tivesse {com medo}. (AC-63; RO: L.408)

3.3.2.5 Momento de referência

Como já dito anteriormente acerca das categorias de tempo, podemos pensar no momento de referência (MR), neste contexto de estudo, levando em conta que algo só se realizaria (no passado, no presente ou no futuro) com uma determinada condição. Sendo assim, o MR por nós analisado é estabelecido na correlação temporal das duas orações (uma subordinada – a condicional - e a oração principal ou matriz) e, por vezes, esse MR é indicado por modificadores e operadores temporais, como adjuntos, datas, valores semânticos, entre outras referências (ILARI; BASSO, 2008, p.243).

Assim, um falante, além das formas verbais, faz uso de elementos que expressam uma visão denominada de *retrospectiva*, isto é, uma visão de algo que aconteceria no

passado diante de determinadas condições, ou de uma visão *prospectiva*, em que há indicações de que o fato se daria no futuro ou no presente dependendo das condições (CÂMARA Jr., 1956); tudo isso em relação ao momento de fala, como podemos observar nos exemplos abaixo (os grifos se referem a elementos que nos ajudam a delimitar o momento de referência).

VISÃO RETROSPECTIVA - Inf.: Aí meu irmão **pegô(u)** falô(u) assim – “se fosse você acho que tam(b)ém iria ficá(r) né? (AC-15, NR: L.408)

VISÃO RETROSPECTIVA - Inf.: **tava** errada tive que pagá(r) o conserto da moto uma moto zero... se fosse uma biroquinha né? Qualquér conserto dava [certo] (AC-50; NE: L.44-45)

VISÃO PROSPECTIVA - Inf.: **é** um lugar MUIto bonito... **é** um lugar que eu gostaria até de de revê(r) o(u)tra vez se eu tivesse o(u)tra oportunidade (AC-87; DE: L.141)

VISÃO PROSPECTIVA - Inf.: que **na realida::de** se ele fosse fazê(r) tudo de novo a coisa ia pará(r)... ia ficá(r) parado de novo... então o que **acontece**? a gente **tem** esperança que ele continu::e que pelo menos que ele... que ele... começô(u) né? (AC-144; RO: 647-649)

Nossas hipóteses com este grupo são de que uma forma verbal pode estar mais associada a um MR do que outra. O FP, por exemplo, pode estar mais associado a contextos onde se projeta algo para o futuro, enquanto que o PI estaria mais associado a fatos que se projetam para o passado.

3.3.2.6 Saliência fônica

Baseamo-nos no princípio de *saliência fônica*, proposto no Brasil por Lemle e Naro (1977), Vieira (1995) e Monte (2007;2012) ao investigar se a diferença material fônica entre as formas de singular e plural influenciava no uso da concordância verbal em contextos de plural. Segundo Monte (2012, p.73), a hipótese era de que quanto maior fosse a diferença entre formas verbais do singular e do plural, maior seria a probabilidade de realização da concordância tal qual proposta pela norma padrão; em contrapartida, quanto menor fosse a diferença, menor seria a chance de realização da concordância prevista na variedade padrão. Ou seja, as formas mais perceptíveis, mais salientes (como, por exemplo, *errou/erraram* ou *é/são*) seriam mais marcadas no plural do que as menos perceptíveis, menos salientes (como *vive/vivem*, por exemplo).

Aplicando as conclusões de estudos acerca da saliência fônica, propomos três classificações das formas verbais presentes na apódose, de acordo com uma escala de

diferença material entre as formas de futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo que vai da mais baixa, passando pela diferença média até a mais alta:

- a) **Saliência baixa** – formas verbais que mantêm o radical semelhante, sua raiz é reconhecida (embora possa ocorrer alomorfa na base) e obrigatoriamente possuem em comum a terminação em *-ia* tanto no PI quanto no FP (Ex.: *via*>*veria*/*ia*>*iria*/*vendia*>*venderia*). Formas verbais que assumem esses traços são comumente de 2ª e de 3ª conjugação.
- b) **Saliência média** – formas verbais que mantêm o radical semelhante, fazem parte do paradigma regular de conjugação, contudo o PI se realizará com a desinência modo-temporal *-va* e o FP com a desinência modo-temporal *-ria*. (Ex.: *cantava*>*cantaria*/*estava*>*estaria*). Formas verbais que assumem tais traços são de 1ª conjugação.
- c) **Saliência alta** – As formas básicas de PI e FP se distribuirão de forma distinta fonologicamente, são comumente chamadas de supletivas. (Ex.: *tinha*>*teria*/*era*>*seria*/*punha*>*poria*/*vinha*>*viria*).

Nossas hipóteses com a análise deste grupo de fatores aproximam-se muito das dos autores supracitados. Esperamos encontrar uma maior ocorrência da forma mais privilegiada pela norma – FP, em contextos em que as formas verbais possuam alta saliência fônica, ou seja, quando as diferenças forem mais perceptíveis ao serem pronunciadas no PI e no FP. Contrariamente, se a diferença fônica for baixa, acreditamos que haverá um índice maior de formas no PI (forma de menor *status*).

3.3.2.7 Graus de hipoteticidade

Em diálogo com as definições de Neves (1999) e as considerações de Tapazdi e Salvi (1998), mencionadas anteriormente, adotamos alguns critérios para nossa análise:

a) Proposições possíveis de se realizarem – será considerada “possível” a proposição que pode vir a se tornar verdadeira porque há uma relação de verossimilhança entre a possibilidade de realização e o conteúdo da prótase. A condição pode ser preenchida e, conseqüentemente, o estado de coisas pode vir a se realizar. Assim, a questão neste grau de hipoteticidade não é poder dizer se vai ou não acontecer; é avaliar se a condição, expressa na prótase, é algo possível de acontecer (não é algo inverossímil, não é contrafactual).

Exemplos:

(6) Inf.: O nosso país ele vai melhorá(r) um dia... quem sabe?... éh:: isso depende não só deles... mas da gente também um po(u)co... acho que se a gente **fi/ começasse** a prestá(r) mais atenção... no nos/ no nosso povo::... na nossa::... na nossa conquista a gente **podia chegá(r)** até hoje... aí ia melhorar ia ma::s/. (AC-35; RO: L.510-513)

(7) Inf.: enfim se as pessoas **pensassem** nisso elas não **pegariam** animais... RAras pessoas que aDO::ram animais... (AC-76; RO: L.324)

(8) Inf.: eu acho que ensiná(r) seria o elementar [porque se a] gente **fosse vê(r)** o valor que eles dão pra gente... olha... a gente **faria** MUIto menos... (AC-86; RO: L.567-568)

b) Proposições contrafactuais – A contrafactualidade é resultado de um “estado de coisas” não existentes que implica necessariamente em uma falsidade já comprovada. Tal irrealidade pode ser identificada por marcas morfológicas na forma verbal (aspecto conclusivo), ou pela interpretação do conteúdo que deve se afastar da realidade verossímil. Em todos os casos de contrafactualidade a condição não será preenchida e o estado de coisas na apódose não se realizará em razão desse não preenchimento.

Exemplos:

(9) Inf.: o meu tio falô(u) – “se cê num tivesse feito/ falado isso aí você podia/ podia num **tê(r)** nem **apanhado** né?” (AC-15; NR: L.374)

Prótase positiva: Se você não tivesse feito/ falado isso.

Pressuposto negativo: Você fez/falou.

Apódose positiva: Podia não ter apanhado

Conteúdo asseverado negativo: Apanhou

(10) Inf.: eles num tão aqui... eles tão pra fora do país fazen(d)o som... (sei lá)... se não **fosse** bom num **ia tá** longe né?... ia tá tocan(d)o assim por aqui... (AC-43; RO: L. 158-159)

Prótase positiva: Se não fosse bom

Pressuposto negativo: Eles são bons.

Apódose positiva: Eles não estariam longe

Conteúdo asseverado negativo: Eles estão longe

(11) Inf.: apesar de **tê(r)** votado nele... o::/ oDIEI meu voto **rasgaria** ele se ele **fosse** de papel nunca mais voto nele. (AC-83; RO: L. 377)

Prótase positiva: Se o voto fosse de papel

Pressuposto negativo: o voto não é de papel

Apódose positiva: Rasgaria o voto

Conteúdo asseverado negativo: Não rasgará o voto porque ele não é de papel

c) Proposições que exprimem ideia de habitual – O enunciado da apódose é tido como certo/ habitual quando o conteúdo da prótase se concretiza. Geralmente temos um fato “narrado”

no passado, em que verbos no imperfeito do indicativo já foram previamente instaurados no discurso, e a proposição se assemelha muito a uma construção temporal (*quando p, q*).

Exemplos:

(12) Inf.: sempre teve po(u)ca menina lá... na primeira/ na segunda teve bastante mas na terceira só teve três eu a B. que é a menina que tem inveja e a N.... **ai se brigava** com u::ma **ficava** sozinha que ai a o(u)tra ia chamá(r) a o(u)tra e ia ficá(r) sozinha... ai acontecia sempre isso foi po/ i/ por isso que eu mudei pro Equilíbrio... ai lá no Equilíbrio eu também tinha os proble::mas. (AC-06; RO: L. 464-467)

(13) Inf.: só que tem cidade que tinha um... um aparelho... e uma linha... ((barulho de moto)) então um/ **se tivesse** alguém falando... naquele cabo lá... ela **ficava** acumulando as pessoas... com uma certa ordem... (AC-114; NE: L.174-176)

3.3.2.8 Tipos textuais

Como já elucidado anteriormente, os dados que compõem o *corpus* da amostra Censo, presentes no projeto ALIP, foram estruturados e coletados com base em cinco modalidades de texto: Narrativa de Experiência (NE); Narrativa Recontada (NR); Descrição (DE); Relato de Procedimento (RP) e Relato de Opinião (RO). Os entrevistadores seguiam a ordem NE-NR-DE-RP-RO ao entrevistar um informante, o que quer dizer que faziam perguntas prototípicas de cada “tipo textual”, esperando respostas e formas de organização específicas de cada texto também.

As perguntas seguiam basicamente o mesmo padrão: nas Narrativas de Experiência, o documentador solicitava ao entrevistado que lhe contasse sobre um fato que teria ocorrido em sua vida; na Narrativa Recontada, pedia-se que o entrevistado contasse alguma coisa que lhe tinham anteriormente contado; na Descrição, uma descrição propriamente dita de algum lugar, de algum objeto, jogo etc.; no Relato de Procedimento, perguntava-se sobre a forma como se fazia algo, solicitando informações acerca do procedimento que seria necessário seguir para tal, o que incluía receitas culinárias, procedimentos médicos e cirúrgicos, procedimentos para se ganhar um jogo etc., sempre dependendo da pessoa que se entrevistava e do tema que até então estava sendo discutido; e, por fim, no Relato de Opinião, o documentador pedia ao informante uma opinião acerca de determinado assunto.

Nossas hipóteses são de que os diferentes tipos textuais nos quais estão contidas as condicionais, que, por sua vez, trazem as formas verbais em apódoses por nós estudadas, devam influenciar no uso de uma ou outra variante, dada a estrutura interna ou mesmo o grau de (in)formalidade que cada “tipo textual” parece poder conter dependendo do conteúdo temático.

3.3.3 Variáveis extralinguísticas ou sociais

Nosso estudo leva em conta o papel da idade e da escolaridade sobre o fenômeno da alternância. O grupo de fatores que avaliará as formas verbais em conjunto com a idade dos informantes divide-se em 5 faixas etárias: 7-15 anos; 16-25 anos; 26-35 anos e 36-55 anos e mais de 55) e o nível de escolaridade em 4 ciclos: Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Superior.

3.3.3.1 Idade

Ao observar se determinado fenômeno em variação constitui uma mudança linguística em processo, visto que a segunda pressupõe a primeira, a pesquisa sociolinguística pode estudar o fenômeno em duas perspectivas: (i) perspectiva diacrônica - análise em tempo real; (ii) perspectiva sincrônica – análise em tempo aparente (LABOV, 1972). A análise em tempo aparente compara o comportamento de falantes segundo a faixa etária a que pertencem. Verifica-se com um estudo sincrônico que leve em conta a idade dos informantes se, de fato, o fenômeno confirma uma mudança em curso ou se é apenas mais um caso de variação em que formas são utilizadas diferentemente de acordo com a idade porque é característico de tais faixas etárias que isso ocorra, se repetindo sempre, em qualquer geração. Segundo Oliveira & Silva e Paiva (1996, p.350) “o estudo da correlação entre idade e variação linguística aponta para duas direções básicas: a relação de estabilidade entre variantes linguísticas – um fenômeno varia mas não muda – ou a existência de mudanças na língua”. Assim, a comparação de uma produção linguística de pessoas de diferentes idades deve revelar muito acerca do nosso fenômeno linguístico.

3.3.3.2 Escolaridade

Vê-se que, desde Labov, o efeito do fator escolaridade é extremamente importante para compreendermos os condicionamentos sociais de um fenômeno linguístico. A escola, enquanto um espaço em que se “ensina” a norma culta prestigiada, é um contexto importante para análise acerca do tempo que uma pessoa a frequentou.

O grau de escolaridade acaba sendo decisivo em relação ao *status* atribuído a determinada variante, o que contribui num âmbito maior, para a alcunha de popular fornecida a variedades de uma pessoa (ou de uma comunidade) pouco ou não-escolarizada, enquanto a variedade de uma pessoa com alto grau de instrução recebe um *status* distinto e a denominação de culta.

Tesch (2011) afirma que, embora o pretérito imperfeito do indicativo (sintético e perifrástico) não seja em certa medida uma forma estigmatizada, é ao futuro do pretérito que um maior *status* é atribuído e explica:

Sendo o futuro do pretérito a única forma mencionada nas gramáticas escolares e, conseqüentemente, ensinada pelos professores de português, espera-se que seja mais utilizadas pelos informantes com maior grau de escolaridade, de nível superior, uma vez que o processo de escolarização exerce papel normatizador (TESCH, 2011, p.106)

Por conseguinte, esperamos, com este grupo de fatores, observar aumentos e decréscimos no uso de uma ou outra forma em decorrência do grau de escolarização, aliado muitas vezes a outros fatores de ordem linguística e social.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

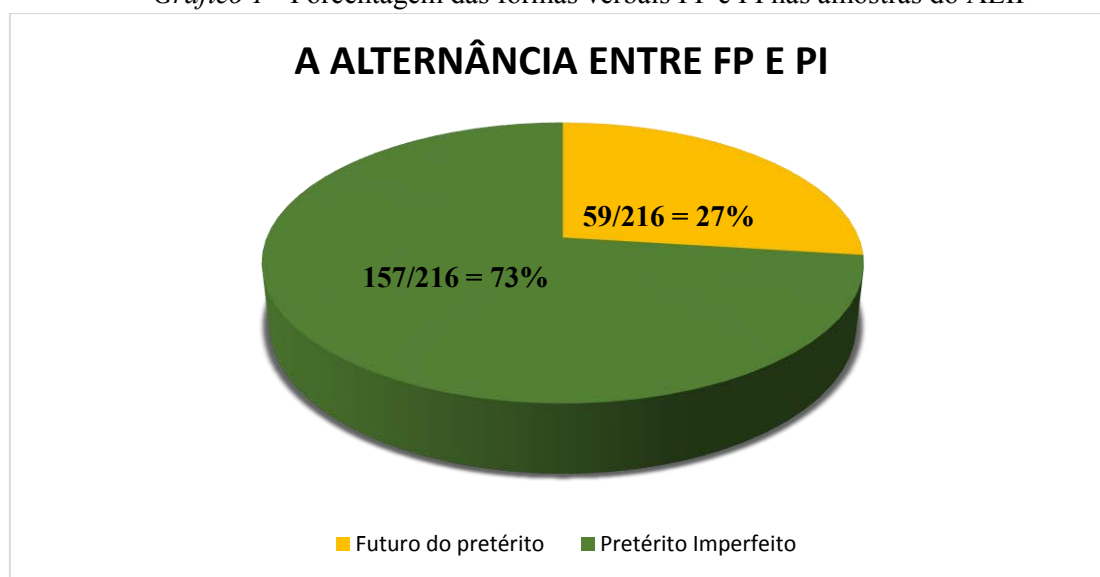
Com auxílio do programa estatístico Goldvarb-X, analisamos 216 formas verbais presentes nas construções condicionais, inseridas pela conjunção *se* e com referência não-futura, encontradas nas 152 entrevistas da Amostra Censo do banco de dados do projeto ALIP.

Nossa análise segue dois caminhos em paralelo: um que privilegia a separação das formas sintéticas e perifrásticas e outro que analisa a distribuição das formas de PI e FP em suas formas simples e perifrásticas amalgamando-as. Assim, para os grupos de fatores que se julgar necessário, traremos a análise das formas perifrásticas de IR à parte das demais, paralelamente à análise geral de todas as formas verbais. Tal atitude se justificará ao longo das investigações.

4.1 Resultado geral

A hipótese inicial de que o PI estava se expandido em contextos “normativos” de futuro do pretérito se confirmou. Dos 216 dados, o PI foi o preferido em 157 deles (73%), duas vezes a mais que o FP, que apareceu 59 vezes (27%), como observamos no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Porcentagem das formas verbais FP e PI nas amostras do ALIP



As diferenças entre os índices percentuais das duas formas são bastante altas. Contudo, se nos atentarmos à identidade lexical das formas verbais, perceberemos um comportamento heterogêneo, associado às perífrases verbais com IR.

4.1.1 Identidade Lexical

A partir da análise da identidade dos lexemas e de sua frequência dentro do *corpus*, dividimos e decodificamos nosso grupo em 8 situações distintas:

Quadro 2 – Identidade e frequência dos lexemas

Lexemas que apareceram até duas vezes (<i>descer, botar, colocar, falar, existir, mudar, mostrar, saber, sobrar, mudar, virar, pedir, namorar, passar, entrar, trabalhar, querer, votar, varrer, bater, rasgar, espelhar, entre outros</i>)	Lexemas que apareceram de 6 a 9 vezes (<i>estar, dar</i>)
	Verbo poder – 11 vezes
	Verbo ter – 29 vezes
Lexemas que apareceram de 3 a 4 vezes (<i>conseguir, ficar</i>)	Verbo ser – 28 vezes
Lexemas que apareceram 5 vezes (<i>fazer, levar</i>)	Verbo IR - 59 vezes

Observamos que as formas com IR ocorrem em 59 dados (27% do total da amostra), um resultado bastante representativo. Retirando os únicos dois casos em que o IR aparece como verbo pleno, como no exemplo Inf.: *falei – “eu num iria... se eu tivesse {com medo}.”* (AC-63; NE: L. 408), ficamos com 57 dados (26%) de formas verbais em que o IR se realiza como perífrase verbal (ia comprar/ iria comprar).

Tal constatação nos guiará ao longo de toda a análise, pois haverá contextos em que separaremos a análise das formas perifrásticas de IR das demais. Contudo, em contextos em que rodadas preliminares (i) de formas amalgamadas e (ii) de formas de FP e PI das perífrases em IR separadas das demais formas de FP e PI não demonstrarem¹² uma diferença significativa de resultados quando na condição (i) em comparação com (ii), privilegiaremos a análise das formas amalgamadas.

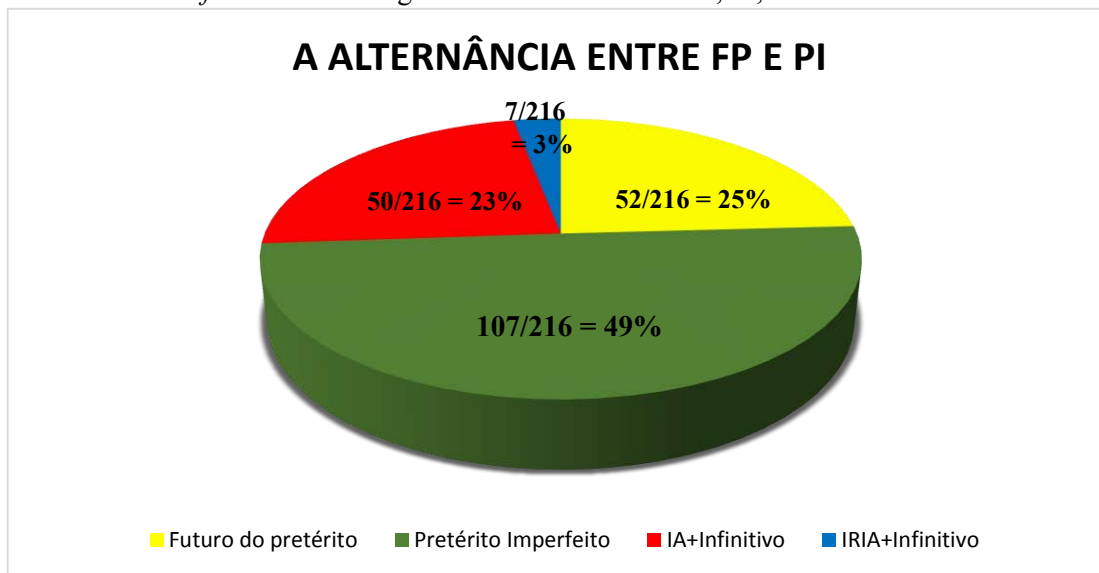
Por conseguinte, se inicialmente tínhamos um resultado geral que incluía essa forma de IR+Infinitivo, um trabalho posterior, que analise separadamente as perífrases de IR das demais, pode nos trazer em percentuais, um resultado distinto, como veremos a seguir.

¹² Devido à insuficiência de dados ou à semelhança entre os resultados obtidos nas duas rodadas.

4.2 Recalculando o resultado geral ...

Distinguindo as perífrases de IR, nosso resultado muda em vários aspectos, começando pelo mais geral:

Gráfico 2 - Porcentagem das formas verbais FP, PI, Ia+Inf e Iria+Inf



No gráfico 2 o percentual modifica-se, pois o PI passa a ocorrer em 107 dados correspondentes a 49% do total da amostra, enquanto o FP ocorre em 25% (52 dados). Já as formas com o verbo IR auxiliar apareceram 50 vezes (23%) no imperfeito (Ia+ Infinitivo) e 7 vezes (3%) no pretérito imperfeito (Iria+Infinitivo).

4.3 Formas verbais da apódose

Observamos na tabela abaixo que o PI predomina tanto na forma simples quanto na perifrástica em relação ao FP.

Tabela 1 - Formas simples e perifrásticas do FP e do PI nas apódoses

	FP		PI	
	N	%	N	%
Forma simples	41/132	31%	91/132	69%
Forma perifrástica	18/84	22%	66/84	78%
Total	59/216	27%	157/216	73%

Costa (2003) havia constatado em seus estudos que a variante IA+V mostrava-se candidata à forma inovadora. Observando seus resultados e o alto índice de formas perifrásticas que obtivemos, passamos a pesquisar quais verbos se realizavam enquanto perífrase e chegamos a resultados que mostram que das 84 formas perifrásticas, 57 (68%), como já mencionado anteriormente, ocorreram com as formas de IR+infinitivo. Este número pode afetar também em resultados mais específicos da análise se quantificados em conjunto com as demais formas verbais, bem como se analisados separadamente. Assim, ao separarmos as formas com IR perifrástico das demais chegamos temos os seguintes resultados de formas perifrásticas:

Tabela 2 – Tipos de formas perifrásticas

	TERIA + PART.		TINHA + PART.		IA+INF		IRIA+INF	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Forma perifrástica	11/84	13%	16/84	19%	50/84	59,5%	7	8,3%

Quando as perífrases com IR são tratadas à parte, a diferença em percentuais de ocorrência de FP e PI em sua forma perifrástica diminui, pois passa de uma diferença de 56 pontos percentuais (cf. tabela 1) para 6 pontos (cf. tabela 2) entre as duas formas.

Com a separação em intersecção com a Identidade Lexical, vemos que as demais perífrases são compostas de TER + particípio, como já vem explícito na tabela 2. Os dados com essa perífrase são poucos, mas ressaltamos o índice um pouco maior de PI perifrástico em relação ao FP nessas condições¹³.

Além disso, com a separação, chegamos a um resultado global das formas da apódose análogo ao de Costa (1997), principalmente no que se refere às perífrases com IA+infinitivo. Contudo, o número de formas de imperfeito do indicativo, em suma, é mais alto em nosso trabalho. A seguir, uma comparação dos resultados obtidos por nós e por Costa (1987).

¹³ Nas análises seguintes, a perífrase de TER + particípio será analisada em conjunto com as demais formas verbais, visto que os dados dessa natureza amalgamados às outras afetam minimamente o resultado global (de 1 a 2%), justamente pelo equilíbrio entre as formas de PI (tinha) e FP (teria) quando separadas, ilustrando uma diferença de apenas 4 dados.

Tabela 3 – Comparação dos resultados obtidos por nós e Costa (1997)

	ALIP (2003)		PEUL ¹⁴	
	N	%	N	%
FP	52	25%	234	35%
PI	107	49%	231	35%
IA+V	50	23%	188	28%
IRIA+V	7	03%	15	03%
Total	216	100%	668	100%

Destacamos a baixa ocorrência de perífrases com IR flexionado no FP (Iria+infinitivo) tanto no presente trabalho quanto no realizado por Costa (1997), além do alto índice, em percentuais, de formas no PI nos dados do ALIP em comparação com os dados do PEUL. Em contrapartida, vemos um baixo índice de formas de FP na amostra ALIP, a estudada por nós, quando comparamos nossos resultados com os percentuais obtidos por Costa (1997).

4.4 Formas verbais da prótase

Em relação às formas verbais da prótase, observamos que o PI ocorre em maior escala quando na prótase o verbo se realiza no subjuntivo (69%), forma mais comumente utilizada, enquanto que o FP ocorreu apenas em 31% dos casos. Entretanto, embora o FP tenha ocorrido em menor escala que o PI no subjuntivo, a presença de uma forma verbal desse modo na prótase favoreceu o FP na apódose, visto que o indicativo desfavoreceu categoricamente a ocorrência deste.

Tabela 4 – Formas verbais da prótase

	FP		PI	
	N	%	N	%
Indicativo	0	0	26/26	100%
Subjuntivo	59/190	31%	131/190	69%
Total	59/216	27%	157/216	73%

¹⁴ O PEUL - Programa de Estudos sobre o Uso da Língua - possui um banco de dados representativo tanto da modalidade falada quanto da modalidade escrita do português do Rio de Janeiro.

O resultado mostra que, quando tínhamos nas prótases construções como “Se **tinha** dinheiro...” (verbo flexionado no imperfeito do indicativo), necessariamente, na apódose, a forma vinha no imperfeito (se **tinha** dinheiro, **comprava/tinha comprado/ ia comprar** aquele carro). Já, quando a forma da prótase estava no imperfeito do subjuntivo, havia possibilidade de variação entre formas de FP e de PI (Se **tivesse** dinheiro... **iria comprar/ia comprar/ tinha comprado/ teria comprado/ compraria/ comprava** aquele carro).

4.5 Ambiente sintático

Nossa expectativa era a de encontrar mais dados na ordem canônica (se p, q) do que na ordem não-canônica (q, se p), além de um número mais elevado de formas de PI em comparação com o FP na ordem canônica. Contrariamente, na ordem não-canônica, esperávamos encontrar nos poucos dados de ordem inversa uma preferência pelo FP, visto que a enunciação de uma forma verbal no imperfeito antes da prótase poderia levar o informante a indagar-se acerca do estatuto discursivo do imperfeito: afinal, o imperfeito estaria conotando hipótese ou uma situação contínua do passado? Tal indagação instalaria uma ambiguidade e demandaria maior esforço cognitivo por parte de quem ouve o enunciado. Deparamo-nos com o seguinte resultado:

Tabela 5 – Ambiente sintático das formas em PI e FP

	FP		PI		Total
	N	%	N	%	
Ordem canônica	53/200	26%	147/200	73%	200 – 93%
Ordem não-canônica	6/16	37%	10/16	63%	16 – 7%
Total	59/216	27%	157/216	73%	216 – 100%

Estudos anteriores (COSTA, 2003; SOUSA, 2007) destacam a alta ocorrência de construções condicionais na ordem direta, como já mencionado. Além disso, chegam a resultados que mostram que o PI é o mais utilizado na ordem canônica enquanto o FP o é na ordem não-canônica. Nossos resultados confirmam o primeiro aspecto levantado pelas pesquisadoras no que se refere a preferência pela ordem direta. Porém, observando as diferenças dos resultados para a ocorrência de FP e PI nas duas ordens, vemos que são pequenas, pois o PI ocorreu, de fato, em maior escala tanto em uma ordem quanto na outra

e o FP um pouco mais na não-canônica, entretanto com uma diferença de apenas 10 pontos percentuais em relação a outra ordem. O resultado, nesse sentido, confirma parcialmente nossas hipóteses de que o FP ocorreria mais na ordem não-canônica do que na ordem canônica, já que esperávamos uma diferença mais acentuada entre as duas ordens.

Visto que os dados de ordem não-canônica eram poucos, passamos observar novamente quais verbos eram esses, ou seja, qual era a identidade lexical destes, e chegamos a um resultado que mostra que dos 16 dados, 8 deles são com a perífrase de IR+Infinitivo e todos no imperfeito do indicativo. Nesse sentido, levar em conta o ambiente sintático em sua intercessão com a identidade lexical é de extrema importância, pois, ao analisarmos as formas perifrásticas de IR+Infinitivo à parte, os resultados mudam drasticamente: enquanto o PI ocorria em 63% dos casos quando este era analisado com as formas com IR amalgamadas, agora, com a separação, este ocorre apenas em 13%, enquanto o FP ocorre em 38%, 25 pontos a mais que o PI.

Tabela 6 – Ambiente sintático das formas em PI e FP e IR+V

	FP		PI		IA+INF		IRIA+INF	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Ordem canônica	46/200	23%	105/200	53%	42/200	21%	7/200	3%
Ordem não-canônica	6/16	38%	2/16	13%	8/16	50%	0/16	0

Vemos também que na ordem não-marcada a diferença em percentuais, quando comparadas as duas tabelas, também diminui entre o FP e o PI, passando de uma diferença de 47 pontos percentuais para uma de 30 pontos entre as duas formas, mas o PI continua sendo o preferido em ambos os casos, diferente do que se dá com o FP.

Por conseguinte, enquanto tínhamos um percentual que parecia mostrar uma preferência de uso do PI mesmo na ordem não-canônica na tabela 4, o que temos na tabela 5 é um número, embora pequeno, bastante diferente. Tal resultado, além de mostrar uma preferência, nestes casos, pelo FP, também ilustra um movimento especial das perífrases com IA+Infinitivo, o que as difere dos demais usos de PI, pois a ambiguidade antes possível de se instalar na ordem inversa quando essas formas eram utilizadas aparenta quase se anular quando o falante se utiliza do IA+Infinitivo. Tomemos o seguinte exemplo:

(14) Inf.: e eu num queria sabê(r) eu só **ia ficá(r)** com ela se eles tivessem ficado::... (AC:49. NE: L. 44)

A impressão que temos é que, ao substituímos “ia ficar” por “ficava” (*eu só ficava com ela se eles tivessem ficado...*), instauramos uma ambiguidade que resulta da dupla noção que o “ficava”, nessas condições, parece ter (hipotético e habitual). Em contrapartida, se usamos “ficaria” (*eu só ficaria com ela se eles tivessem ficado...*), o sentido pontual e hipotético que o exemplo (14) tem parece se manter.

Isto posto, nos indagamos acerca do estatuto dessa forma verbal em relação às outras. Pensando diacronicamente sobre a forma, sabemos que o futuro do pretérito, ou melhor, as formas em *-ria*, são uma criação românica (CÂMARA Jr., 1975). Houve, em sua formação, a aglutinação de dois vocábulos com redução fonética das formas do verbo *haver (habere)* no imperfeito os quais se somaram ao infinitivo. Assim, para Câmara Jr. (1975, p.130), ocorreu a supressão da consoante intervocálica /b/, as vogais ao entrarem em contato acabaram por se assimilar e posteriormente ditongaram e contraíram-se: *a(b)eo > aio; abeba > ea > ia*. Para Coutinho (1984, p.277) a modificação de *habere* deu-se por uma dissimilação (*habebam, habebas*) que se reduziu a **abéam, *abéas* etc., cujo grupo átono *-ab* caiu. Destarte o imperfeito ficou reduzido a *-*éam, -*éas, -*éat, -*éamus, *-éatis, *-éant*, os quais resultaram em *-ia, -ias, -ia, -íamos, -íeis, -iam*.

Assim, do ponto de vista da diacronia, vemos que as formas de futuro do pretérito no português se originam de uma perífrase em que se acrescentou a terminação do imperfeito *-ia* (do verbo *haver*), passando, pois, de uma forma perifrástica para uma sintética, em que dois vocábulos se aglutinaram.

Contudo, observamos atualmente um caminho inverso em que formas simples ou sintéticas estão passando a perifrásticas, principalmente no que se refere às formas com IR: *compraria > ia comprar*. Silva (2002, p.64) propõe uma análise bastante interessante do movimento, sugerindo que a colocação do **morfema** antes ou depois do verbo principal pode resultar em uma forma analítica ou sintética. Se colocado antes (*ia comprar*), resultará em uma forma analítica¹⁵ e, se colocado depois do verbo principal, teremos uma forma sintética (*compraria*). O que acontece é que a terminação em *-ia* da forma sintética vem, como vimos, do verbo *haver (-hia)*, enquanto que o *ia* analítico é a realização do verbo *ir* propriamente dito esvaído da ideia de locomoção e indicando, como vemos, futuridade. A complexidade que se instala é ainda maior quando comparamos as classificações feitas por nós com o que Silva (2002) propõe, pois estamos considerando formas como *ia comprar*,

¹⁵ O “ia”, neste caso, embora seja originalmente um morfema lexical (verbo *ir*), aparenta ter um caráter que o aproxima muito do morfema gramatical *-ia* das formas sintéticas de futuro do pretérito.

por exemplo, como uma perífrase de imperfeito, em contrapartida formas como *compraria*, além de sintéticas, foram neste trabalho consideradas como de futuro do pretérito. Temos, pois, dois sistemas distintos, mas a correlação entre ambas as formas é bastante nítida, afinal, como explicar a ambiguidade resultante de formas de imperfeito simples (*comprava*) quando na ordem não-canônica e a aparente não ambiguidade da forma de imperfeito perifrástica (*ia comprar*), bem como das formas de futuro do pretérito (*Iria comprar/compraria*)? A impressão que temos é de que o *ia* perifrástico, mesmo tendo uma origem distinta do *-ia* que se soma ao infinitivo na formação do FP, guarda características intrínsecas ligadas ao aspecto, modo etc. que muito o assemelham a este segundo, fazendo com que o uso de uma forma por outra, por meio de um processo “analógico”, não acarrete nenhuma nuance semântica ou ambiguidade, diferente do que pode ocorrer com o PI simples quando utilizado pelo FP. Entretanto, reconhecemos que ainda há muitos mistérios acerca do modo como as pessoas percebem, interpretam as formas da língua, o que significa que há muito o que entender sobre esses processos cognitivos, sendo a analogia um deles.

Acreditamos que uma reflexão que vá por essa linha pode nos levar futuramente a apreender o movimento entre essas formas, além de fornecer explicações para a alta ocorrência das perífrases com IR flexionado no imperfeito em contextos onde prevíamos encontrar formas de FP, como na ordem não-canônica ou, como veremos a seguir, em momentos de referência futura.

4.6 Momento de referência

Ao analisar o momento de referência, observamos que, quando o falante se refere ao passado (visão retrospectiva), este usa em maior escala o PI e, quando se remete ao presente ou ao futuro (visão prospectiva), este faz um uso equilibrado entre FP e PI.

Tabela 7 – Ambiente sintático das formas em PI e FP

	FP		PI	
	N	%	N	%
Visão retrospectiva	31/157	20%	126/ 157	80%
Visão prospectiva	28/59	48%	31/59	52%
Total	59/216	27%	157/216	73%

Contudo, seguindo o mesmo caminho realizado anteriormente (cf. seção 4.5) acerca da identidade lexical dos verbos, observamos que dos 31 casos que encontramos de visão prospectiva com formas flexionadas no PI, 18 são com o verbo IR, ou seja, 50%. Nesse sentido, mais uma vez, se o IR for tratado à parte, a porcentagem muda entre as formas de FP e PI e assim confirmamos nossa hipótese de estar o FP mais associado a contextos onde se projeta algo para o futuro, enquanto que o PI estaria mais associado ao passado, como se observa a seguir.

Tabela 8 – Ambiente sintático das formas em PI e FP

	FP		PI		IA+INF		IRIA+INF	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Visão retrospectiva	26/157	17%	94/157	60%	32/157	20%	5/157	5%
Visão prospectiva	26/59	44%	13/59	22%	18/59	31%	2/59	3%
Total	107/216	50%	52/216	24%	50/216	23%	7/216	3%

Constatamos, assim, que o FP pode estar, de fato, relacionado a uma ideia de futuro, ou seja, quando a visão é prospectiva, enquanto que o PI é o preferido em contextos em que a visão é retrospectiva ao MF. Vale lembrar que, assim como o que ocorreu na análise do ambiente sintático, o número de formas com IR perifrástico é relativamente alto na visão prospectiva, vindo a reforçar o que afirmamos anteriormente acerca do valor que essas formas carregam, ao lado de formas de FP.

4.7 Saliência fônica

Embora o PI ocorra em maior escala em quase todos os níveis e, aparentemente, não haja diferenças muito significativas numa primeira análise entre os resultados de uma forma mais saliente e outra menos saliente, vemos que, mesmo que discretamente, há diferenças que comprovam nossa hipótese de que um verbo com um material fônico menos saliente deva privilegiar o uso de uma forma considerada não-padrão em detrimento de outra considerada padrão ou que, pelo menos, tenha um *status* mais elevado dentro da gramática normativa, como é o caso do FP (cf. Tabela 9).

(15) Inf.: ... aí o que aconteceu foi isso né? que é uma coisa que... se tivesse pego ele **poderia** num tá entre nós hoje né? (AC-15; NE: L.77)

(16) Inf.: aí eu dei umas indireta assim nela... falan(d)o que::... se ela num tivesse namoran::(d)o assim a gente **podia** í(r) no cine::ma essas coisa...e ela parô(u) de namorá(r)... (AC-21; NE: L.40-41)

(17) Inf.: se tivesse sido uma pessoa estranha talvez hoje o destino **seria** o(u)tro... como eu voltei... a aceitá(r) a ajuda da família... minha vida foi mudada alí (AC-142; NE: L.34)

(18) Inf.: empresa diz que é porque o MEU acesso é discado... que se fosse é:: de Speedy de via rádio **era** mais rápido... (AC-117; RP: L.350-351)

Em contrapartida, a forma com maior *status*, no caso o FP, demonstrou um pouco mais de resistência quando o material fônico dos verbos era mais perceptível (cf. exemplos 17 e 18). Enquanto o PI ocorreu 54 pontos percentuais a mais que o que FP em contextos em que a saliência era baixa (cf. exemplos 15 e 16), o contexto que trazia uma forma verbal com saliência alta, portanto mais perceptível era a diferença entre essas formas, o PI ocorreu 34 pontos percentuais a mais que o FP, ou seja, 20% a menos que no primeiro caso, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 9- Saliência fônica em PI e FP

	FP		PI		Total	
	N	%	N	%	N	%
Saliência baixa	21/93	23%	72/93	77%	93/216	43%
Saliência média	20/68	30%	48/68	70%	68/216	32%
Saliência alta	18/55	33%	37/55	67%	55/216	25%

4.8 Graus de hipoteticidade

Ao dividirmos os graus de hipoteticidade entre *habitual*, *contrafactual* e *possível*, percebemos que o mais recorrente no *corpus* diz respeito às asserções possíveis, ou seja, aquelas que indicam algo pontual que pode vir a se realizar dependendo de certas condições. Além disso, constatamos que quando a hipótese refere-se a algo que acontecia sempre que determinada condição era preenchida, portanto voltando-se ao passado, o FP não ocorre; nesses casos não há variação.

Tabela 10- Graus de hipoteticidade

	FP		PI		Total	
	N	%	N	%	N	%
Habitual	0	0	42	100%	42	19%
Contrafactual	27	33%	54	67%	81	28%
Possível	32	34%	61	65%	93	43%

O PI, como vemos, ocorre em larga escala em todos os casos em comparação com o FP, mas percebemos mais uma vez que as perífrases com IR afetam novamente o resultado. Destacamos a ocorrência destas nos graus falso e possível:

Tabela 11 – Graus de hipoteticidade

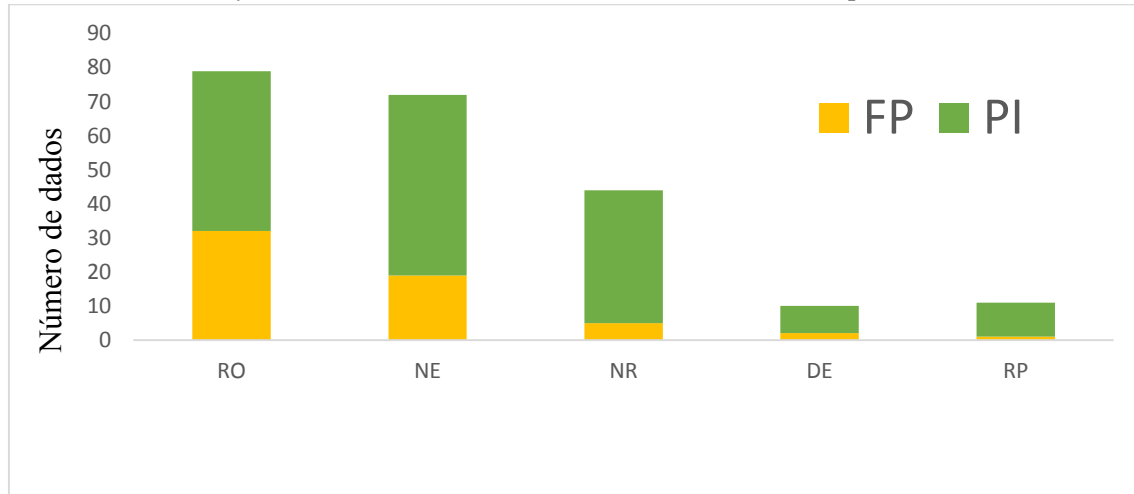
	FP		PI		IA+INF		IRIA+INF	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Contrafactual	23	28%	39	48%	15	19%	4	5%
Possível	29	31%	29	31%	32	35%	3	3%

De fato, quando o grau de hipótese é falso, portanto afastado da realidade, teve-se uma preferência por formas do PI, embora agora em menor escala quando comparado à tabela 10: enquanto o PI ocorreu em 48% dos casos, o FP ocorreu em 28%, visto que as perífrases com IA+Inf apareceram em 19% dos dados, enquanto IRIA+Inf em 5%. Já no grau de hipoteticidade em que há a possibilidade de realização do conteúdo da apódose, houve um equilíbrio entre os usos das formas verbais, com exceção das perífrases com IRIA que, como vimos até aqui, tem se mostrado pouco produtiva no português. Tal resultado vai ao encontro do que Travaglia (1987, p. 71) propõe em seu estudo no que diz respeito ao uso do PI pelo FP para denotar um fato que se afasta da realidade e que, segundo o autor, seria consequência certa e imediata de outro fato que não ocorreu. Entretanto, ainda que haja uma prevalência do PI nas contrafactuais, vemos que há formas de FP também. Portanto, há variação dentro desse nível.

4.9 Tipos textuais

Do conjunto de dados analisados, observamos que as construções condicionais se concentraram em textos do tipo relato de opinião e narrativa de experiência pessoal e são pouco frequentes em textos descritivos e relatos de procedimentos, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – A alternância entre FP e PI nos diferentes tipos textuais



Uma interpretação possível para a alta ocorrência de condicionais em um tipo textual em comparação com as poucas construções dessa natureza encontradas em outros tipos parece estar relacionada com a própria organização estrutural e mesmo a temática de um ou outro tipo. As descrições e os relatos de procedimentos aparentam ser tipos textuais mais diretos, objetivos e, principalmente, mais pautados na realidade em comparação com o universo hipotético para o qual as construções condicionais nos levam.

Já o alto número de dados desse tipo de construção em textos do tipo relato de opinião e narrativa de experiência remetem a textos de cunho mais argumentativo que levem em conta construções hipotéticas. Chegamos a observar que, mesmo nas narrativas de experiência, as condicionais eram utilizadas para argumentar em favor ou contra um fato que poderia ter acontecido, que possivelmente poderia vir a acontecer ou que sempre acontecia quando a condição era preenchida, emitindo, pois, na maioria das vezes, uma opinião, como enxergamos no exemplo abaixo, retirado de uma narrativa de experiência:

(18) Inf.: então acho que **se** ele **tivesse ficado** aqui eu não **teria** talvez **engravidado** tão RÁpido como foi (AC-38; NE: L.46)

Notamos uma semelhança entre as condicionais presentes nas narrativas de experiência (18) bem como nos relatos de opinião (19) e mesmo nas narrativas recontadas (20), como podemos ver nos exemplos a seguir.

(19) Inf.: sempre teve po(u)ca menina lá... na primeira/ na segunda teve bastante mas na terceira só teve três eu a B. que é a menina que tem inveja e a N.... **ai se brigava** com u::ma ficava sozinha que ai a o(u)tra **ia chamá(r)** a o(u)tra e ia ficá(r) sozinha... ai acontecia sempre isso foi po/ i/ por isso

que eu mudei pro Equilíbrio... aí lá no Equilíbrio eu também tinha os proble::mas... (AC-06; RO: L.464-467)

(20) Daí a onça chegô(u) nessa o(u)tra cAsa tam(b)ém depois deles... e aí ela ficava baten(d)o na porta assim né? queren(d)o... quebrá(r) tudo... e foi uma/ ela contô(u) isso como uma situação de MUI::TO medo assim na vida de:: [eles né?] [Doc.: aham ((concordando))] **se fosse** comigo também eu já **entrava** em pânico... (AC-54; NR: L.115-117)

Por conseguinte, mesmo que estejamos observando variação no comportamento das condicionais nos três tipos citados, em geral, eles demonstram que, quando uma condicional é lançada no discurso, essa conota uma hipótese firmada em um fato possível, contrafactual ou habitual, mas também se ancora e principalmente em uma opinião. Além disso, comum a todos os exemplos está o fato de mesmo no que se considerou como relato de opinião estarem presentes trechos narrativos que em determinado momento trazem à tona uma construção condicional. Nesse sentido,

Qualquer bloco hipotético, por exprimir uma relação entre uma condição que se hipotetiza (como possivelmente/realmente verdadeira/ falsa) e um estado de coisas que depende de que a condição seja satisfeita, constitui uma construção que se presta muito eficientemente para apoio de argumentação, não importa seja ela factual, contrafactual ou eventual; essas diferenças, aliás, são postas a serviço do ofício de argumentar. (NEVES, p.539, 1999)

Destacamos as diferenças dos resultados percentuais no que se refere às formas de FP e PI encontradas nos três tipos textuais em que mais encontramos condicionais (relato de opinião, narrativa de experiência e narrativa recontada), visto que nos demais tipos (relatos de procedimento e descrição) esse tipo de construção não foi muito produtivo, como já elucidado.

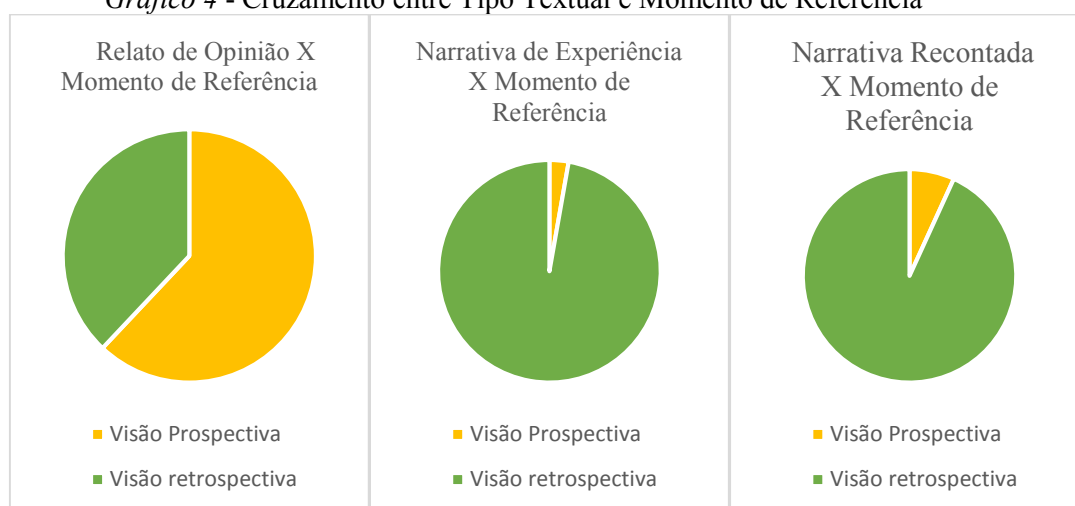
Tabela 12 – A alternância entre FP e PI nos tipos textuais

	FP		PI		Total
	N	%	N	%	
(RO) Relato de opinião	32/79	41%	47/79	59%	79 – 47%
(NE) Narrativa de experiência	19/72	26%	53/72	74%	72 – 33%
(NR) Narrativa recontada	5/44	11%	39/44	89%	44 – 20%
(DE) Descrição	2/10	20%	8/10	80%	10 – 5%
(RP) Relato de procedimento	1/11	9%	10/11	91%	11 – 5%

A partir dos resultados presentes na tabela, vemos que nos relatos de opinião houve um certo equilíbrio entre as formas de FP e PI, enquanto em relatos de experiência o PI foi o preferido. Trabalhamos então com a hipótese de que um relato de opinião parece ser um texto mais “formal”, mais monitorado, onde o informante optaria mais frequentemente por uma forma verbal de maior prestígio social – o FP, enquanto uma narrativa de experiência ou narrativa recontada, embora possa ter expressa em sua estrutura uma opinião, deve levar o informante a se aproximar mais do vernáculo.

Além disso, um cruzamento entre *tipo textual* e *momento de referência* (MR) nos mostra que nos textos de opinião, a projeção operada pela condicional se dá, principalmente, no futuro (visão prospectiva) em construções como: *Inf.: acho que na minha opinião... o que u/ o que influencia mais é a/... o que as pessoas falam tam(b)ém né? ...eu acho que se as pessoa **parasse** um po(u)co de repará(r) as coisa de:... de ficá(r) repara::n(d)o de ficá(r) comentan(d)o acho que:: BRlga acho que num **existiria**” (AC-16; RO: L.425-427), enquanto nas narrativas, a projeção se dá principalmente e em alta escala no passado (visão retrospectiva), o que também deve justificar a preferência um pouco maior pelo FP em textos de opinião em comparação com os demais tipos textuais. O gráfico 4 ilustra nossa reflexão.*

Gráfico 4 - Cruzamento entre Tipo Textual e Momento de Referência



No que diz respeito ao relato de opinião, em cruzamento com o MR, encontramos nos 79 dados desse tipo de texto, 38% (30) na visão retrospectiva e 62% (49 dados) na visão prospectiva. Na Narrativa de experiência, dos 72 dados, 70 deles, ou seja 99% ocorreram na visão retrospectiva enquanto apenas 2 (1%) se realizaram na visão prospectiva. Já na

narrativa recontada, do total de 44 dados, em 93% deles (41 dados) o informante se voltou para o passado (na visão retrospectiva), e em 7% (3 dados) o informante projetava seu discurso para o presente ou futuro, portanto com uma visão prospectiva.

4.10 Escolaridade

No que diz respeito à escolaridade dos informantes, notamos que a estrutura condicional como um todo, embora presente na fala de informantes de todos os níveis de formação, é menos recorrente nas falas dos que completaram ou que estão cursando o 1º Ciclo do Ensino Fundamental. Além disso, nos poucos dados desse ciclo, encontramos um percentual bastante alto de PI (91%), como se pode observar na Tabela 13.

Tabela 13 – Alternância de FP e PI em relação à escolaridade dos informantes

	FP		PI		Total	
	N	%	N	%	N	%
1º Ciclo do Ensino Fundamental	3/33	9%	30/33	91%	33	15%
2º Ciclo do Ensino Fundamental	22/65	34%	43/65	66%	65	30%
Ensino Médio	14/52	27%	38/52	73%	52	24%
Ensino Superior	20/66	30%	46/66	70%	66	31%
Total	59/216	27%	157/2016	73%	216	100%

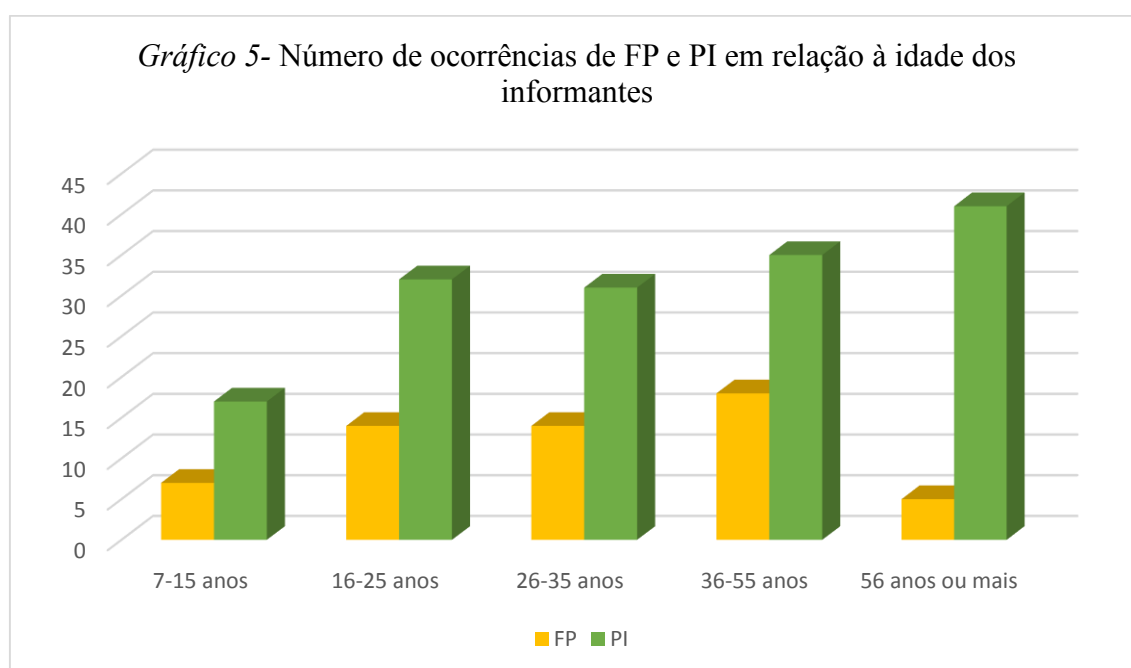
O baixo índice de condicionais no 1º Ciclo em contraste com os demais nos leva a pensar, por exemplo, acerca do momento em que a estrutura condicional passa a integralizar o currículo escolar e, conseqüentemente, a ser ensinada nas escolas, provavelmente após a esse ciclo. Além do mais, há relativamente um maior índice de futuro do pretérito no 2º Ciclo do Ensino Fundamental, que muito se aproxima dos resultados obtidos em falas de pessoas com o Ensino Superior, mostrando uma certa resistência do FP em relação à ocorrência de PI nesses dois níveis.

Assim, aparenta o 2º Ciclo do Ensino Fundamental ser propício ao período em que se começa a estudar as condicionais na escola, em razão da alta produção desse tipo de construção e da maior ocorrência do futuro do pretérito (variante mais privilegiada nas escolas) nesse momento, em comparação com os demais períodos escolares. Uma pesquisa em materiais didáticos, um possível desenvolvimento futuro do estudo, deve vir a confirmar essa hipótese (ou não).

Por conseguinte, podemos pensar também que uma forma avaliada mais positivamente – o FP - está ligada a pessoas que possuem maior grau de instrução (Ensino Superior), mas que essa correlação não é absoluta e deve ser considerada em conjunto com outros fatores, como a questão da aquisição de condicionais, por exemplo, entre outros fatores, destacados a seguir.

4.11 Idade

Em relação à idade dos informantes, observamos que o PI foi de fato o mais utilizado em todas as faixas etárias e o FP, por sua vez, ocorreu em menor escala, como podemos ver no gráfico 5.



Vemos que as condicionais, como um todo, ocorreram em menor escala na fala de informantes que tinham entre 7 e 15 anos e em maior escala quando os informantes tinham entre 36 e 55 anos. Na tabela 14 é possível conferirmos os números exatos em que cada forma verbal apareceu no *corpus*.

Tabela 14 - Alternância de FP e PI em relação à faixa etária dos informantes

	FP		PI		Total	
	N	%	N	%	N	%
7-15 anos	7/24	29%	17/24	71%	24	11%
16-25 anos	14/46	30%	32/46	70%	46	21,5%
26-35 anos	14/45	31%	31/45	69%	45	21%
36-55 anos	18/53	34%	35/53	66%	53	25%
56 anos ou mais	5/46	11%	41/46	89%	46	21,5%
Total	58/214	27%	156/214	73%	214	100%

Há, como já dito, uma predominância de uso do PI em relação ao FP em todos os casos. Contudo, tal como se deu com a variável escolaridade, vemos que informantes com 56 anos ou mais usam o PI proporcionalmente mais que os grupos mais jovens (entre 18 e 23 pontos percentuais a mais). Em contrapartida, informantes entre 36 e 55 anos foram os que mais utilizaram o FP.

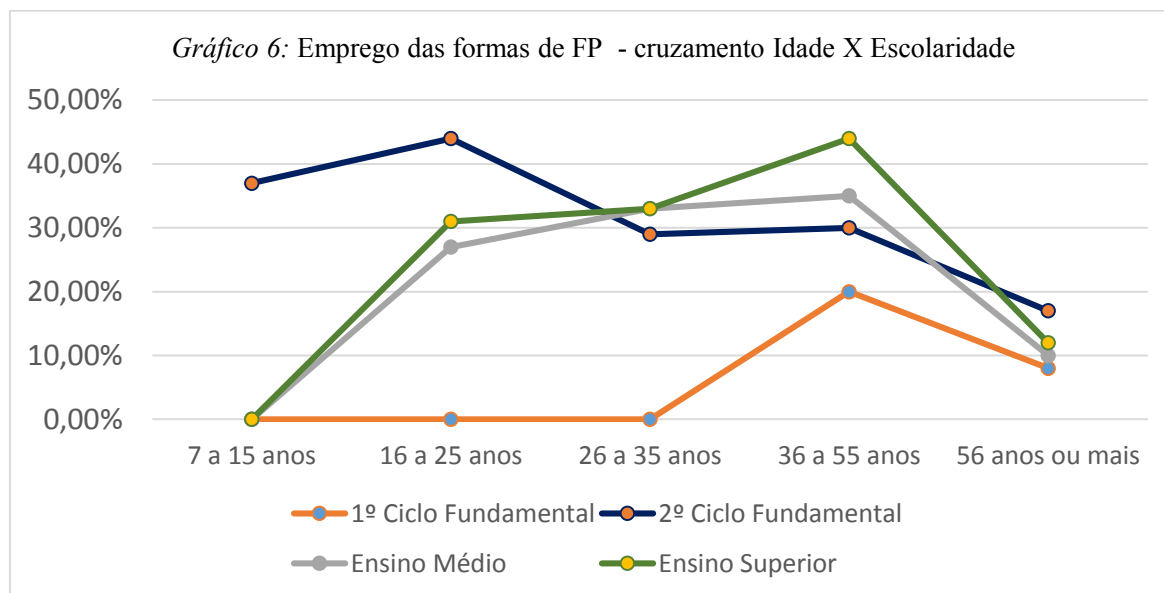
Sankoff, Kemp & Cedergren (1978) somaram à sistematização de técnicas implantadas por Labov para a abordagem de variáveis sociais, como classe social, escolaridade, idade, sexo, etc., outras variáveis extralinguísticas, como a inserção dos falantes no “mercado linguístico”.

Para Bordieu (1977), a ideia de “mercado linguístico” está associada à competência linguística do falante que, por sua vez, é avaliada enquanto um capital que possibilita um sistema de “trocas simbólicas” dentro da sociedade. De acordo com Cruz (1991),

a competência dominante funciona como capital linguístico assegurando um ganho de distinção na sua relação com as outras competências, na medida em que os grupos que a detêm são capazes de se impor como únicos, os legítimos, nos mercados linguísticos legítimos (mercado escolar, administrativo, social etc). (p.80)

Segundo Bourdieu (1977), citado por Oliveira e Silva, Paiva (1996, p. 371): “a variável mercado ocupacional, explicada na caracterização das variáveis é, juntamente com o nível de escolarização, um dos componentes do mercado linguístico.”

Assim sendo e tendo em vista que é ao FP que um maior status é atribuído, observemos seu movimento no gráfico 6, que ilustra sua frequência (em percentuais) no cruzamento entre Idade e Escolaridade.



De início, dois elementos merecem destaque no gráfico: a ausência de produção de futuro do pretérito por informantes do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental e que têm entre 7 e 35 anos e a alta ocorrência deste quando os informantes têm o Segundo Ciclo do Ensino Fundamental. O fato de constatarmos um alto índice de uso do FP mesmo entre os falantes de 7-15 anos com nível de 2º Ciclo-EF corrobora nossa hipótese de a alta ocorrência de condicionais e em especial de FP em informantes do Segundo Ciclo estar relacionada ao período em que se adquire essa estrutura no processo de aquisição da linguagem.

Além disso, vemos que, conforme a idade vai aumentando de 7 anos até os 55, todos os informantes usam com maior frequência o FP; a exceção, como já apontamos, está nos falantes com nível de 2º Ciclo do Ensino Fundamental, que já trazem uma alta ocorrência de FP desde as primeiras idades e talvez por isso mesmo não mostre um contraste tão grande e tampouco um aumento como as demais. Contudo, quando os informantes tinham 55 anos ou mais, a produção de FP cai bruscamente, inclusive entre os informantes com o 2º Ciclo.

Oliveira e Silva e Paiva (1996), ao retomarem trabalhos já realizados em torno das variedades de maior ou menor prestígio e suas correlações com a idade, escolaridade, e outros aspectos sociais, nos mostram que há uma correlação direta entre as formas prestigiadas e o mercado linguístico: “o emprego das formas padrão é mais frequente entre

aqueles falantes a que se atribui alta cotação no mercado linguístico. O efeito desse fator mostra-se especialmente significativo entre os falantes acima de 45 anos” (SILVA; PAIVA 1996, p.372).

Por conseguinte, é possível trabalhar com a ideia de que o grupo etário (entre 36 – 56 anos) inclui pessoas que podem estar totalmente inseridas no mercado de trabalho e consequentemente podem estar sofrendo mais pressões normativas quanto aos usos linguísticos, sendo obrigadas a optarem pelo uso de uma variante mais privilegiada, ou seja, o FP. Este é um fator que pode ter influenciado também no decréscimo da produção de FP na fala de informantes com 56 anos ou mais, tendo em vista que muitos deles podem não mais estar inseridos no mercado de trabalho e, dessa forma, sofrem menos pressão normativa, optando mais pelo PI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho visou contribuir para os estudos linguísticos, em especial para os estudos acerca do fenômeno da alternância entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo em contextos hipotéticos. Assim, nossa hipótese inicial de que o pretérito imperfeito estaria se difundindo para contextos mais formais se confirmou.

Procurando motivações para o uso de uma ou outra forma, vimos que há contextos que privilegiam o uso da variante de maior *status* – o FP -, mas que o uso do PI foi constante em toda a amostra. Em nossa análise, levando em conta os vários grupos de fatores, observamos que o PI foi mais produtivo tanto na forma simples quanto na perifrástica, na ordem canônica, em formas com saliência fônica baixa, em contextos em que o MR era passado, em textos narrativos, principalmente na fala de informantes que tinham 56 anos ou mais etc. Em contrapartida, o FP resistiu mais quando a ordem era a não-canônica, em formas com saliência mais alta, em contextos em que o MR era futuro, em artigos de opinião, na fala de informantes que tinham entre 36 e 55 anos etc. Também vimos que o estudo acerca da identidade lexical mostrou-se relevante desde o início, fazendo da forma *ia*+infinitivo outra candidata à variante inovadora, enquanto *iria*+infinitivo mostrou-se pouco produtiva no português. Além disso, a primeira das formas de IR guarda um valor especial que precisa ainda ser bastante explorado em estudos futuros.

Por conseguinte, privilegiamos um duplo percurso de análise: um que toma como base todas as formas verbais amalgamadas às formas de “ir” perifrástico, e outra que separa as “formas de ir” das demais, visto que a opção apenas por uma ou outra análise poderia vir

a afetar os resultados, mascarando ou nos levando a equívocos acerca das reais motivações do uso de uma ou outra forma verbal.

Destacamos os resultados acerca das formas presentes nas prótases das construções condicionais, em que temos o PI em maior escala no subjuntivo e seu único e exclusivo uso em construções condicionais que traziam na prótase uma forma verbal de imperfeito do indicativo. Assim, categoricamente, quando houvesse indicativo na prótase, necessariamente a forma da apódose se realizaria com uma forma de PI.

Vimos também com um dos grupos de fatores que contemplava a construção condicional em sua interseção com o grau de hipoteticidade, que mesmo havendo nuances semânticas (aproximação ou afastamento da realidade) entre elas, há variação, exceto em construções condicionais que traziam a hipoteticidade “habitual”, pois neste, necessariamente, em 100% do dados, o informante utilizou as formas de PI. Contudo, se o informante utilizava uma construção condicional para conotar uma hipótese de algo que teria a possibilidade de se realizar (possível) ou para conotar algo que aconteceria no passado, mas que não aconteceu, dadas as circunstâncias diversas (contrafactual), este fez uso variado das formas verbal.

No que concerne as influências que os fatores extralinguísticos exerceram sobre o fenômeno, destacamos o padrão curvilíneo de ocorrência de FP e PI no que diz respeito à idade, pois informantes entre 36 e 55 anos produziram um número elevado da variante FP, enquanto os falantes com 56 anos ou mais passaram a usar com mais frequência o PI. Notamos que um dos fatores que poderia estar contribuindo para isso é a inserção dos falantes entre 36 e 55 no mercado de trabalho e a possível pressão normativa exercida sobre eles em função do tipo de atividades que exercem e dos contextos situacionais em que estão cotidianamente inseridos. Confirmamos, assim, que há, de fato, um maior *status* atribuído às formas de futuro do pretérito e compartilhamos do pensamento de Sousa (2007, p.11) quando esta diz que enquanto a escola, “entre outros veículos normatizadores da língua, transmitir a ideia de *status* elevado de língua padrão associada ao uso do futuro do pretérito, a oscilação entre este e o imperfeito (remetendo-se à hipótese) estará ligada à modalização entre formal *versus* informal.”

Por fim, nosso objetivo principal foi descrever a variação, buscando encontrar uma regularidade de uso de uma ou outra variante e seus possíveis condicionadores. Uma língua não possui uma realidade homogênea, ela se constrói a partir do conjunto de suas variedades e o seu uso constitui uma entidade cultural e política. Desse modo, continuaremos nosso

trabalho, em busca de descrever de forma mais profunda essas alternâncias, a fim de encontrar mais explicações para o fenômeno.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. *Gramática Mínima para o Domínio da Língua Padrão*. Cotia: Ateliê editorial, 2003.
- ALKMIN, T. M. Sociolinguística: parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTESA, A. C. (orgs.). *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. V.1. São Paulo: Cortez, 2001.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERLINCK, R. de A. *Prescription and Use in the History of the Brazilian Portuguese Subjunctive* - Relatório de Atividades de Estágio Pós-Doutoral (FAPESP/ Proc. nº 2014/02414-0). 2015.
- BORTONI-RICARDO, S.M. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.
- BOURDIEU, P. *L'économie des échanges linguistiques*. In: *Langue Française*, Paris, n. 34. 1977.
- BRANDÃO, S.M. *A alternância entre Futuro do pretérito e Pretérito imperfeito com conotação hipotética em contextos formais de fala*. Relatório Final. PIBIC/CNPq. 2014.
- CAMACHO, R.G. Sociolinguística: parte II. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A.C. (orgs.) *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*, Vol. I. São Paulo: Cortez, 2012.
- CÂMARA JR., J. M. *Uma forma verbal portuguesa: estudo estilístico gramatical*. Rio de Janeiro, 1956.
- _____. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, Prolivro, 1975.
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CASTILHO, A. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. São Paulo: Marília, 1968.
- CEZARIO M.M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTA, M.E. (org.) *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008 (p.141-157).
- COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E.C. et al. (eds) *On Conditionals*. Cambridge. Cambridge University Press, 1986. p.77-99
- CORÔA, M.L.S. *O tempo nos verbos no português*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.
- COSTA, A.L.P. *A Variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de letras, 1997. Dissertação de mestrado em Linguística

- _____. *A Variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de letras, 2003. Tese de doutorado em Linguística.
- COUTINHO, I. de L. *Pontos de gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1972.
- CRUZ, M. L. O. B. Bourdieu e a Linguística aplicada. *Alfa*, São Paulo: v. 35,79-84,1991
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978
- FIORIN, J.L. Tempo e Temporalização. In. CALGIARI, L.C. (org.) *O tempo e a Linguagem*. São Paulo: Cultura acadêmica, 2008. p.07-40
- GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>.
- GRYNER, H. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais do português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- _____. *De volta às origens do futuro: condicionais possíveis e a perífrase ir + infinitivo*. São Paulo: Grupo de Estudos Lingüísticos, 1997.
- HIRATA-VALE, F.B.M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Linguística e Língua Portuguesa. FCL/Ar-Unesp, 1999.
- _____. *Articulação de orações no português escrito no Brasil: as orações condicionais*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.5, n.9, p. 126-142, 2001.
- _____. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. Tese de Doutorado. Linguística e Língua Portuguesa. FCL/Ar-Unesp, 2005.
- ILARI, R., BASSO, R. M. O verbo . In: ILARI, R.; NEVES, M.H.M. (orgs) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Vol. 1: Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Unicamp, 2008. p.163-364.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- _____. Where does the linguistic variable stop? A reponse to Beatriz Lavandera. Sociolinguistic Working papers, Austin, Texas, Southwest Educational Development Laboratpry, n.44.
- _____. Where do grammars stop? In: SHUY, R.W. *Sociolinguistics, Current Treerids and Perspectives*. Whashington, DC: georgetorun University Press, 1973. p.43-48.
- _____. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

- _____. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 1: Internal Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers. 1994.
- _____. *Principles of Linguistic Change*. Vol. 2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers. 2001.
- LAVANDERA, B. *Variación y significado*. Buenos Aires: Lachette, 1984.
- _____. *Where does the sociolinguistic variable stop?* *Language in Society*, n.7, p.171-182, 1978.
- LEMLE, M.; NARO, A.J. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford. Rio de Janeiro: Mobral, 1977.
- LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Olympio, 2011.
- MARTELOTTA, M. S. (org.) *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTIN, R.; NEF, F. *Temps linéaire ou temps ramifié?* In: *Langages, le temps grammatical*, 1981, pp.2-20.
- MONTE, A. *Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. 2007. Dissertação (Mestrado). FCL/Ar-Unesp, 2007.
- _____. *Concordância verbal e variação: um estudo descritivo comparativo do português brasileiro e do português europeu*. Tese de doutorado, Linguística e Língua Portuguesa. FCL/Ar-Unesp, 2012.
- MATEUS, M.H.M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 6 ed. Lisboa: Caminho, 2003.
- MILROY, L.; GORDON, M. *Sociolinguistics: method and interpretation*. 4 ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.
- NEVES, M.H.M. *As construções condicionais*. In: NEVES, M.H.M. (org) *Gramática do Português Falado*. Vol. VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p.497-544.
- _____. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: Unesp, 2000.
- OLIVEIRA e SILVA; PAIVA. *Visão de conjunto das variáveis sociais*. In: OLIVEIRA e SILVA; SCHERRE (orgs) *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVEIRA, T.P. *As conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. Tese de Doutorado, Linguística e Língua Portuguesa. FCL/Ar-Unesp, 2008.
- OLIVEIRA et. Al. *A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em construções hipotéticas na fala de maceioenses*. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 248-268, jan./jul., 2013.

- PERINI, M. A. *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Editora Ática, 2011.
- _____. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- _____. *Para uma nova gramática do Português*. São Paulo: Ática, 2007.
- POPLACK, S.; LEALESS; A.; DION, N. *The evolving grammar of the French subjunctive*. *Probus*. 25 (1), 2013. p.139-195.
- SANKOFF, D., TAGLIAMONTE, S. and SMITH, E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto. 2005.
- SANTOS, A. M. *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- SILVA, A. *A expressão de futuridade no português falado*. Araraquara: Unesp, FCLAR, Laboratório editorial, Cultura acadêmica, 2002.
- SILVA, R. C. P. da. *A representação do tempo futuro em textos escritos: Uma análise diacrônica*. Tese de Doutorado. Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. UFPR, 2010.
- SOUSA, F.C. *A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão de hipótese*. *Gatilho*. Vol. 6, 2007. p. 1-16. Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFJF.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.
- TAGLIAMONTE, S. *Analysing Sociolinguistic Variation*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- TAPAZDI, J.;SALVI, G. *A Oração Condicional no Português Falado em Portugal e no Brasil*. *DELTA* [online], vol.14, n.spe, pp. 00-00. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000300017>.
- TESCH, L.M. *A Variação entre as formas do Futuro do Pretérito e Pretérito Imperfeito do Indicativo na Fala Capixaba*. *PERcursos Linguísticos*. Vitória – ES. V.2, n.1, p.89-109, 2011.
- TRAVAGLIA, L. C. *Um estudo textual – Discurso do Verbo no Português do Brasil*. Tese apresentada ao departamento de linguística do Instituto de Estudos e Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. CAMPINAS, 1991.
- _____. *O Aspecto Verbal no Português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: EDUFU, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- _____. *O Discurso do uso do Pretérito imperfeito do Indicativo no Português*. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Universidade Federal de Uberlândia, n. 12, 1987. Disponível em

<<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/viewFile/3268/2745>>. Acesso em fevereiro de 2014.

VET, C. *The descriptive inadequacy of Reichenbach's tense system: A new proposal*. In: SAUSSURE, L., MOESCHLER, J., et al. *Tense, mood and aspect: theoretical and descriptive issues*. New York: Rodopi, 2007. p.7-26.

VIEIRA, S.R. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do norte fluminense*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].